

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	18
5.5 - Alterações significativas	22
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	23

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	24
10.2 - Resultado operacional e financeiro	54
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	58
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	60
10.5 - Políticas contábeis críticas	61
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	63
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	64
10.8 - Plano de Negócios	65
10.9 - Outros fatores com influência relevante	68

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2017, a qual pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:

<http://fras.infoinvest.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O Objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, estratégias e responsabilidades na Gestão de Riscos das Empresas Randon, assim como a conceituação, identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, estabelecendo controles, monitoramento, tratamento, bem quanto aos respectivos documentos de suporte.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração.

A Companhia classifica esses riscos de forma organizada e de acordo com a sua natureza: Estratégicos, Operacionais e Financeiros, principalmente riscos de mercado e exposições ao câmbio e juros.

Também é importante considerar que as operações da Companhia consomem muita energia, entre as quais, elétrica e gás natural, e a escassez ou alta nos preços destes recursos, podem ter um efeito adverso nos resultados, para o qual também são desenvolvidos mecanismos de proteção.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no endereço eletrônico: <http://fras.infoinvest.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Adicionalmente, a Companhia mantém proteções específicas, tais como: Instrumentos financeiros derivativos denominados de *hedge* de fluxo de caixa, para proteger suas exposições aos riscos de variações em moedas estrangeiras, e também, mecanismo de proteção para o caso de escassez no abastecimento de gás natural, citado no item anterior, onde a Companhia poderá utilizar como seu substituto o GLP, e para isso monitora constantemente as opções de fornecimento disponíveis no mercado.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A área de Auditoria Interna, Riscos e Compliance monitora os principais riscos aos quais as Empresas Randon estão sujeitas. Através do ciclo de Planejamento Estratégico das Unidades de Negócio são identificados, avaliados e mensurados os principais riscos que podem impactar os negócios da companhia.

As decisões sobre evitar, aceitar, reter, mitigar, transferir ou compartilhar riscos estão baseadas na avaliação do impacto dos mesmos sobre os indicadores de desempenho escolhidos frente aos custos de se estabelecerem controles internos e o risco residual, se existente.

A nível de Presidência das Empresas Randon, cabe a revisão e aprovação das definições gerais das estratégias de gestão de risco.

O Comitê Executivo é responsável em realizar uma avaliação continua da adequação e da eficácia de seu modelo de gestão de riscos.

A área de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável em manter a diretoria e Comitê Executivo regularmente informados sobre os riscos aos quais estão sujeitos a companhia, estabelecer procedimentos, parâmetros para gerenciar os riscos da instituição, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de riscos e comunicação que envolva a todos os colaboradores das Empresas Randon, identificar, em conjunto com as áreas, os riscos operacionais inerentes a cada um dos processos e disseminar a cultura de controles internos das Empresas Randon.

A gestão dos riscos é responsabilidade de todos, sendo que os gestores de cada área atuam como representantes da área de Auditoria Interna, Riscos e Compliance facilitando a comunicação e a disseminação de informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como, reportando qualquer evento de risco que impactou ou que foi preventivamente detectado em sua área de atuação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Auditoria Interna, Riscos e Compliance tem como atribuição atuar no desenvolvimento de uma cultura organizacional de riscos e comunicação que envolva todos os colaboradores e partes que mantenham vínculo e/ou relação com as Empresas Randon.

A área de Auditoria Interna, a qual reporta-se ao Conselho de Administração, tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos através de trabalhos de avaliação realizados sobre os processos e com base nos riscos inerentes a eles.

De forma geral, o departamento de auditoria interna tem as seguintes atribuições:

- Prover cobertura de avaliação para todos os processos relevantes da organização, em periodicidade e extensão determinada pelos riscos previamente mensurados e adequados ao porte da Companhia e a complexidade e volume de suas transações;
- Avaliar os riscos, levando em consideração o pleno conhecimento dos objetivos estratégicos do grupo, para que haja salvaguarda das políticas gerais que direcionam os negócios;
- Realizar trabalhos preventivos, objetivando aprimorar os controles internos, a fim de proporcionar uma maior segurança contra erros e falhas, intencionais ou não, que poderiam vir a comprometer os objetivos da organização;
- Efetuar o acompanhamento e validação das ações propostas nos Planos de Ação em resposta aos pontos levantados nas auditorias;
- Observar o código de ética da organização, e reportar o descumprimento a este;
- Assegurar a confidencialidade das informações e evidências utilizadas para realizar os trabalhos de auditoria, bem como dos fatos constantes nos relatórios de auditoria;
- Informar à alta administração e aos órgãos supervisores do setor financeiro, assim que tiver conhecimento, de fatos que possam estar relacionados à lavagem de dinheiro e fraude;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Compartilhar, sempre que julgar necessário e mediante autorização do gerente de auditoria interna, informações e evidências com a auditoria externa e com os órgãos reguladores;
- Deixar à disposição da auditoria externa e dos órgãos supervisores os relatórios de auditoria interna, pelo prazo de 5 anos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que também aborda riscos de mercado aprovada em 12 de maio de 2017 pelo Conselho de Administração, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:

<http://fras.infoinvest.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Estabelecer as diretrizes, estratégias e responsabilidades na Gestão de Riscos das Empresas Randon, assim como a conceituação, identificação e análise dos riscos que possam afetar as empresas, estabelecendo controles, monitoramento, tratamento, bem quanto aos respectivos documentos de suporte.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de inflação, políticas cambiais, redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito, políticas monetárias, taxas de juros, instabilidades sociais ou políticas, controles sobre exportações e importações, políticas fiscais e legislação tributária e outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem taxa de câmbio, taxa de juros, riscos de crédito e riscos relacionados a conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, é importante destacar que as operações da Companhia consomem muita energia elétrica e gás natural, e a escassez ou os preços altos destas fontes de energia podem representar um risco, com efeitos adversos nos resultados, para os quais são desenvolvidos mecanismos de proteção específicos.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Em complemento a estas informações, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós-fixadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Como mecanismos de proteção, para o caso de escassez no abastecimento de gás natural, citado no item anterior, a Companhia poderá utilizar como seu substituto o GLP, e para isso monitora constantemente as opções de fornecimento disponíveis no mercado.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

- Non Deliverable Forward (NDF)
- Financiamentos em moeda estrangeira

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**Risco de Mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Hierarquia de valor justo e parâmetros utilizados:

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo, considerando uma técnica de avaliação de Nível 2.

Além disso, a Companhia, através do seu Comitê Executivo, sua Diretoria, sua gestão e seus comitês internos acompanha constantemente as condições de mercado, os indicadores macroeconômicos e as decisões de governos. Com isso a companhia monitora continuamente essas informações para avaliar a situação e com isso busca tomar decisões e se proteger contra os riscos que advém das condições econômicas, políticas, de inflação e de Governo.

Risco de Taxas de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI.

Como parâmetros utilizados para demonstrar a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação, são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

riscos. A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de encerramento do exercício, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentou variação negativa de 8,50% (16,54% negativa em 2016 e 47,01% positiva em 2015). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (hedge).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de hedge (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Como parâmetros utilizados para demonstrar a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia, também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

50% da variável do risco considerado. Esses cenários são definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A área de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável por estabelecer procedimentos e parâmetros para gerenciar os riscos da instituição, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de riscos e comunicação que envolva a todos os colaboradores das Empresas Randon.

A nível de Presidência das Empresas Randon, cabe a revisão e aprovação das definições gerais das estratégias de gestão de risco.

O Comitê Executivo é responsável em realizar uma avaliação continua da adequação e da eficácia de seu modelo de gestão de riscos.

A área da Controladoria estabelece procedimentos e parâmetros para gerenciar o risco de liquidez e de mercado/governamentais, verifica e monitora regularmente a posição de liquidez da instituição, estabelece procedimentos e parâmetros para gerenciar o risco de crédito a que as Empresas Randon estão sujeitas, verifica regularmente a posição da carteira de crédito das empresas fornecendo as áreas afins as informações necessárias para a condução dos seus negócios e verifica periodicamente as estratégias, políticas e procedimentos da gestão de crédito das Empresas Randon.

A gestão dos riscos é responsabilidades de todos, sendo que os gestores de cada área atuam como representantes da área de Auditoria Interna, Riscos e Compliance facilitando a comunicação e a divulgação de informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como reportando qualquer evento de risco que impactou ou que foi preventivamente detectado em sua área de atuação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A área de Auditoria Interna, Riscos e Compliance monitora os principais riscos aos quais as Empresas Randon estão sujeitas. Tais riscos possuem indicadores que permitem acompanhar de forma tempestiva qualquer alteração que possa ocasionar impacto as Empresas, reduzindo perdas e evitando a materialização dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Além disso, a Companhia conta com o ERP SAP, o qual acreditamos ser mundialmente reconhecido e está presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do Mundo. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes. Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Vice-Presidência Administrativa Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras – conta com o suporte da Gerência de Contabilidade (CSC) e de Controladoria para a sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

A área de auditoria interna, provém a cobertura de avaliação para os processos relevantes da organização, classificando o grau de risco em relação aos pontos de auditoria identificados levando em consideração os objetivos estratégicos do grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados de todos os trabalhos de auditoria interna são reportados por meio de relatório ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos Diretores e Gerentes envolvidos. Para todas as deficiências apresentadas é solicitado as áreas a elaboração de um plano de ação, responsável e data de implantação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Adicionalmente, as fragilidades identificadas nos trabalhos da auditoria interna que demonstrem vulnerabilidades e que possam impactar nas demonstrações financeiras são reportadas tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas e normas do IPPF - International Professional Practices Framework – emitido pelo IIA -The Institute of Internal Auditors.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Os resultados desse estudo e avaliação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, realizados pela KPMG Auditores Independentes, foram comunicadas à Companhia como sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais, e têm por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e os procedimentos contábeis.

Os auditores independentes verificaram e recomendaram, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os seguintes aspectos relacionados ao ambiente de controles internos em conexão com as Demonstrações Financeiras:

i) Aplicação do procedimento de inventário e organização dos estoques

Situação observada

Durante a nossa avaliação dos procedimentos de inventários identificamos que o depósito 105 denominado “Importados” na controladora Fras-le S.A., não havia recebido o devido acompanhamento para as contagens cíclicas, além de não estar atendendo os procedimentos normalmente aplicados pela Companhia em suas políticas de contagens previamente estabelecidas. Em geral, essas políticas determinam a necessidade de dupla contagens dos estoques presentes em cada localidade, a identificação adequada dos itens a serem inventariados, e de ajustes de potenciais divergências das quantidades de itens identificados durante as contagens

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

físicas. Abaixo estão destacados os procedimentos observados e identificados durante a realização da inspeção física pela Companhia:

- Desorganização do depósito e dos produtos lá armazenados, aparentando possuir mais itens do que a sua capacidade;
- Diversos itens sem a devida identificação (código do item e/ou descrição do item);
- Ausência de informação relativa à localização dos itens presentes no depósito.

Recomendação

Observação das políticas de controles internos sobre a realização de inventários pela Companhia, além do devido acompanhamento da oscilação dos saldos dos estoques.

ii) Procedimentos sobre a aprovação e revisão sobre os lançamentos contábeis realizados de forma não automatizada

Situação observada

De forma geral, os lançamentos contábeis registrados pela Companhia ocorrem de forma parametrizada e automatizada através de seu sistema informatizado (ERP) para as transações rotineiras do negócio da Companhia. Em algumas situações, é necessária a existência de lançamentos realizados de forma manual/não automatizada, que em geral, envolvem julgamento crítico por parte da Administração da Companhia. Esses julgamentos críticos estão descritos nas demonstrações financeiras e os lançamentos são registrados contabilmente sem haver um procedimento formal de aprovação e/ou revisão.

Recomendação

Recomendamos a implementação de sistemas informatizados que possuam a funcionalidade de bloqueio dos lançamentos realizados manualmente, e possuam a possibilidade do registro efetivos somente após aprovação formal pelo nível adequado de governança corporativa; ou a implementação de controles de revisão posterior de todos os lançamentos realizados com essa característica.

iii) Formalização do processo de revisão de conciliações contábeis

Situação observada

A Companhia realiza conciliações contábeis para contas/rubricas contábeis significativas com a periodicidade mensal. As conciliações são realizadas principalmente pelo departamento de contabilidade/controladoria, e as conciliações citadas são revisadas tempestivamente por profissional mais sênior do departamento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No entanto, não nos foi possível identificar a adequada formalização quanto à preparação e revisão dessas conciliações contábeis.

Recomendação

Formalizar adequadamente a revisão das conciliações contábeis para identificar possíveis divergências e pendências antigas não resolvidas, com a assinatura de preparação e a revisão por profissional mais experiente.

iv) Procedimentos realizados sobre o inventário físico dos estoques

Situação observada

Durante a realização dos inventários gerais sobre os estoques da Companhia e suas controladas são utilizadas políticas de contagens previamente estabelecidas. Em geral, essas políticas determinam a necessidade de dupla contagens dos estoques presentes em cada localidade, a identificação adequada dos itens a serem inventariados, e de ajustes de potenciais divergências das quantidades de itens identificados durante as contagens físicas. Abaixo estão destacados os procedimentos observados e identificados durante a realização das inspeções físicas pela Companhia:

- Difícil localização/identificação dos estoques de produtos em determinados almoxarifados;
- Não realização dos procedimentos de segunda contagem dos estoques presentes em cada localidade; e
- Realização de procedimentos de inspeção física de forma independente, e sem previsibilidade das quantidades a serem inventariadas.

Recomendação

Observação das práticas geralmente aplicadas pela Companhia em relação aos controles internos sobre a realização de inventários pela Companhia.

v) Controle sobre os comprovantes de entrega de produtos

Situação observada

Em grande parte das negociações de venda, as entregas dos produtos são realizadas diretamente nas instalações do cliente. A Companhia possui controles sobre a saída e sobre a entrega dos produtos, e esses controles são formalizados através da conferência e assinatura dos comprovantes de embarque das mercadorias. Em determinadas situações, não nos foi possível obter a evidência de que o controle de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

assinaturas dos comprovantes de embarque das mercadorias foi executado conforme determina as práticas geralmente aplicadas pela Companhia.

De forma geral, a transferência dos riscos e benefícios significativos ocorre na entrega dos produtos aos clientes, e a receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das negociações de venda. No entanto, em sua maioria, o momento da transferência de riscos e benefícios significativos ocorre na entrega dos produtos ao comprador.

Recomendação

Observação das práticas geralmente aplicadas pela Companhia, em relação aos controles internos sobre o embarque dos produtos.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração avaliou o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. De acordo com a avaliação da Administração, as deficiências reportadas não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam impactar nas demonstrações financeiras.

Em relação a deficiências nos controles internos, apontados pelos Auditores Independentes, relacionados no item 5.3d deste Formulário de Referência, a Administração emitiu os seguintes comentários:

i) Aplicação do procedimento de inventário e organização dos estoques

A Companhia está realizando a compra e instalação de novas prateleiras para aumento da capacidade de estocagem, esta ação tem prazo de conclusão para agosto de 2018. Em paralelo estão sendo realizados trabalhos para redução de estoques obsoletos, o que permite melhor controle e aumento de capacidade de estocagem.

O depósito de "Importados" passará a ter controle pelo software Warehouse Management a partir de agosto de 2018. Esta ação prevê melhora significativa no

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

controle, posicionamento/endereçamento dos materiais, e obrigatoriamente uma melhora na identificação dos materiais.

A partir desta melhoria, a Companhia aplicará para este depósito o mesmo procedimento de inventários com contagem cíclica já aplicada aos demais.

ii) Procedimentos sobre a aprovação e revisão sobre os lançamentos contábeis realizados de forma não automatizada

Em fase final da revisão dos perfis de acessos sistêmicos dos usuários do ERP – SAP. Essa ação, realizada em conjunto com o departamento de Tecnologia da Informação (TI) e a equipe de governança corporativa da Companhia, reforça a política formal de mapeamento e controle dos lançamentos manuais, bem como a possibilidade de um rastreamento sistêmico dessas operações. Atualmente o SAP identifica como lançamento manual diversos inputs sem essa característica, a segregação destes movimentos será tratada nessa ação com TI.

Como controle complementar para mitigar o risco dos lançamentos manuais sem aprovação e revisão, foi iniciado no segundo semestre de 2017 um projeto de formalização do processo de conciliação das contas contábeis, com previsão de conclusão em 31 de dezembro de 2018.

iii) Formalização do processo de revisão de conciliações contábeis

Mensalmente, as contas relevantes são conciliadas. As contas contábeis são confrontadas com os respectivos suportes e documentos que lhe deram origem, sendo feita a validação da composição do saldo. Iniciamos no segundo semestre de 2017 um projeto de formalização do processo de conciliação das contas contábeis, com previsão de conclusão em 31 de dezembro de 2018.

iv) Procedimentos realizados sobre o inventário físico dos estoques

Processo de localização de produtos:

É utilizado o número de série em etiqueta fixada no produto e estampado na viga que identifica o produto em estoque. Para os casos em que o produto está em estoque sistemicamente e fisicamente fora da empresa (remessa em demonstração), existe relatório próprio de notas fiscais que identificam a localização do produto.

Segunda contagem nos inventários:

Atualmente já realizamos a segunda contagem dos materiais que apresentaram divergência entre a contagem física e o sistema na primeira contagem, tanto nos inventários cíclicos quanto nos gerais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles InternosPrevisibilidade das quantidades a serem inventariadas:

Nosso procedimento durante os inventários cíclicos é através de lista cega, ou seja, constam apenas os códigos e endereços sem registro de quantidades. Durante os inventários gerais o procedimento é realizado através de etiquetas de contagem sem acesso às quantidades no sistema.

v) Controle sobre os comprovantes de entrega de produtos

Atualmente, as portarias responsáveis pela expedição de produtos possuem o controle através de planilha padronizada, e há também o arquivamento dos conhecimentos de transporte (romaneio) assinados pelos clientes como forma de identificação da adequada transferência de riscos e benefícios pela entrega dos produtos. A Companhia reforçou o treinamento interno e o aprimoramento da política de embarque de mercadoria no mês de setembro de 2017.

Além dos controles manuais acima citados, o reconhecimento da receita de venda é feito com base em tabelas sistêmicas conforme o prazo médio de entrega identificado para cada estado do país. Para as exportações é considerada a data de averbação obtida no SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A companhia se preocupa com a construção de um ambiente organizacional ético para que todos exerçam suas atividades pautados pela honestidade, transparência, integridade e seriedade e, por meio disso, reafirmam o seu comprometimento com a sociedade como um todo.

O Programa de Integridade das Empresas Randon (ID Randon), representa a continuidade neste processo de evolução da governança das empresas, fortalecendo nossos valores e nossos princípios para os próximos desafios.

O programa de integridade contempla o Código de Conduta Ética, Políticas Corporativas, Canal de Ética e Portal Due Diligence, ferramenta utilizada para identificar potenciais riscos advindos da contratação de terceiros.

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A companhia possui a Política Anticorrupção que estabelece diretrizes e padrões que almejam assegurar que as Empresas Randon e todos que atuam em seu nome, entendam e atuem em conformidade com a lei.

A companhia dispõe também do Código de Conduta Ética que está fundamentado nos princípios das Empresas Randon e tem como principal objetivo orientar e compreender o que são condutas éticas, contribuindo as melhores escolhas diante de situações do cotidiano, dentro e fora do ambiente de trabalho.

O Portal de Due Diligence é também uma ferramenta utilizada para identificação de potenciais riscos de atos de corrupção advindos da contratação de terceiros.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no endereço eletrônico: <http://fras.infoinvest.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>

O Código de Ética e as políticas corporativas são revisados anualmente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A companhia possui a Política de Compliance aprovada pelo Conselho da Administração em 13 de julho de 2017 que visa orientar a função de compliance das Empresas Randon, por meio de diretrizes, princípios e responsabilidades observados no desempenho das atividades.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários e à Alta Administração das Empresas Randon independentemente de cargo ou funções exercidas, estendido à terceiros (exemplo: fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados) e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2016, podendo ser encontrado no endereço:

<http://fras.foinvest.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>

A realização de treinamentos ocorre na integração do funcionário e/ou terceiro e também em pautas de reuniões mensais, vídeos institucionais, comunicações do endomarketing para disseminação das práticas, zelando pelo crescimento e integridade de todas as relações.

Em caso de violação, desvios aos valores, políticas ou cometimento de infrações legais e/ou contratuais, são aplicadas as sanções conforme previsto na Política de Consequências.

(b) canal de denúncia

O Canal de Ética aplica-se a funcionários e terceiros para todas Empresas Randon, suas coligadas, controladas, subsidiárias nas quais detenha sua integralidade ou participação, bem como empresas sob controle comum. É um canal exclusivo para comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios das Empresas Randon e/ou a legislação vigente.

O funcionário ou terceiro pode entrar em contato com o Canal de Ética através dos seguintes meios:

- Site: <https://canaldeetica.com.br/empresasrandon/>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Telefone: 0800-777-0768, disponível 24h via gravação em secretária eletrônica ou de segunda à sábado das 08h às 20h, com atendimento pessoal especializado.
- E-mail: compliance@empresasrandon.com.br

A gestão e operação do Canal de Ética é realizada pela ICTS, uma empresa especializada em captação de relatos, garantindo total sigilo e confidencialidade. As demandas são analisadas pelo Comitê de Ética das Empresas Randon, que tem por atribuição dar cumprimento ao Código de Conduta Ética mediante o tratamento adequado à todas as ocorrências.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A companhia possui equipe própria e formal capacitada especialmente para assessorar a diretoria neste tipo de operação. Esta equipe se encarrega de acionar as demais equipes que precisam ser envolvidas em um processo desta natureza, além de garantir o atendimento aos requisitos previstos em procedimento específico. Este procedimento está descrito, documentado e controlado pelo sistema de gestão e orienta as fases a serem atendidas ao longo do processo.

Além de organizar os passos a serem seguidos, este documento define a prática de diligências prévias com o objetivo de avaliar de forma independente os riscos de natureza legal, tributária, econômica e ambiental e ainda outros que sejam identificados pela equipe ou diretoria ao longo do processo. As diligências bem como seu resultado são feitas e apresentadas por empresas terceiras de reconhecida reputação nos ramos em que atuam passando por avaliação interna da equipe de Fusões & Aquisições da empresa.

Os resultados são apresentados pela diretoria que conduz o processo de negociação bem como a apresentação e aprovação das operações junto ao Comitê Executivo (não estatutário) bem como o Conselho de Administração da companhia. Nestes fóruns, são avaliados e discutidos os principais detalhes das operações, bem como avaliações econômicas e riscos que o negócio pode apresentar. Bem como quais as medidas de mitigação de risco serão tomadas, as quais envolvem, não se limitando à indicação de condições suspensivas e/ou precedentes à transação e provimento de garantias como conta de retenção e hipotecas em nome da Fras-le.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que julgemos relevantes em relação a esta Seção 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras incluídas neste item 10 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards – IASB* ("IASB") e às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.fras-le.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pela administração da Companhia na condução de seus negócios:

	Exercício social encerrado em			Variações horizontais	
	(em R\$ mil)			(em %, exceto se de outra forma indicado)	
	2017	2016	2015	2017 x 2016	2016 x 2015
Receita bruta de vendas	1.100.063	1.048.779	1.091.041	4,9%	-3,9%
Receita bruta no mercado externo	414.703	443.011	446.142	-6,4%	-0,7%
Receita bruta no mercado doméstico	685.360	605.768	644.899	13,1%	-6,1%
Receita líquida	832.831	812.666	875.026	2,5%	-7,1%
Receita líquida no mercado externo	414.703	443.011	446.141	-6,4%	-0,7%
Receita líquida no mercado doméstico	418.128	369.655	428.885	13,1%	-13,8%
EBITDA⁽¹⁾	106.432	123.653	122.453	-13,9%	1,0%
Margem EBITDA⁽²⁾	12,8%	15,2%	14,0%	-2,4 pp	1,2 pp
Lucro bruto	217.167	232.043	255.585	-6,4%	-9,2%
Lucro líquido	64.160	64.477	52.462	-0,5%	22,9%
Margem Líquida⁽³⁾	7,7%	7,9%	6,0%	-0,2 pp	1,9 pp
Patrimônio Líquido	783.021	773.042	433.253	1,3%	78,4%
Retorno sobre o PL⁽⁴⁾	8,2%	8,3%	12,1%	-0,1 pp	-3,8 pp
Dívida Bruta⁽⁵⁾	220.256	256.168	382.158	-14,0%	-33,0%
Curto prazo	135.038	117.307	150.882	15,1%	-22,3%
Longo prazo	85.218	138.861	231.276	-38,6%	-40,0%

(1) O EBITDA consiste no lucro líquido do exercício, acrescido das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, das despesas de imposto de renda e contribuição social e das depreciações e amortizações. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA é utilizado pela Companhia como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do seu desempenho financeiro, bem como da sua capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com suas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, a Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete a real geração de caixa da Companhia e não deve ser usado como tal. Para um reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) EBITDA dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.

(3) Lucro Líquido dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.

(4) Lucro Líquido dividido pelo patrimônio líquido.

(5) A dívida bruta corresponde às dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em 2017, a receita líquida consolidada somou R\$ 832,8 milhões, atingindo um melhor desempenho comparado com o exercício de 2016, com evolução de 2,5%. A boa performance das receitas se deve, em grande parte, pelo maior volume de vendas em todos os mercados e segmentos. Apesar da evolução, as receitas ainda foram impactadas negativamente pelo efeito cambial, pela diferença nas taxas entre os períodos, onde o dólar médio de 2017 de R\$ 3,19 apresentou-se 8,5% inferior aos R\$ 3,49 de 2016, refletindo sobre o montante faturado em dólares.

Apesar dos melhores volumes de vendas também refletirem positivamente na receita líquida, a performance das exportações em dólar foi inferior em 2017, o que se deve a fatores específicos, que comprometeram o desempenho das vendas em alguns países onde a Companhia atua, e serão explicados nos comentários sobre as exportações, na sequência deste relatório. Também ocorreu um volume maior de exclusões de receitas de exportação do final de 2017, devido a atrasos em desembaraços logísticos.

Adicionalmente, é importante relembrar que a redução nas receitas de exportação, relativo a impacto da política contábil de *hedge accounting*, totalizou R\$ 9,1 milhões no ano de 2017.

Receita Líquida por Mercados									
Valores em R\$ milhões	2017		2016		Δ %	2015			
Mercados									
Reposição	356,1	42,8%	316,8	39,0%	12,4%	350,3	40,0%		
Montadoras	62,0	7,4%	52,9	6,5%	17,3%	78,5	9,0%		
Mercado Interno	418,1	50,2%	369,7	45,5%	13,1%	428,9	49,0%		
Reposição	372,5	44,7%	397,6	48,9%	-6,3%	393,6	45,0%		
Montadoras	42,2	5,1%	45,4	5,6%	-7,1%	52,5	6,0%		
Mercado Externo	414,7	49,8%	443,0	54,5%	-6,4%	446,1	51,0%		
Total Rec. Líquida Reposição	728,6	87,5%	714,4	87,9%	2,0%	744,0	85,0%		
Total Rec. Líquida Montadoras	104,2	12,5%	98,3	12,1%	6,0%	131,0	15,0%		
Total Rec. Líquida	832,8	100,0%	812,7	100,0%	2,5%	875,0	100,0%		

O lucro bruto consolidado de 2017, da mesma forma comprometido pelo efeito cambial nas exportações e pelo *hedge accounting*, apresentou queda comparado ao ano anterior. Embora a Companhia tenha sido beneficiada nas compras de matéria prima importada, por uma taxa de câmbio médio inferior em 2017, ocorreram aumentos de preços das resinas e do aço, que são matérias-primas utilizadas em grande escala pela Fras-le, fato que também influenciou no desempenho do lucro bruto no ano de 2017.

As despesas operacionais (comerciais, administrativas e outras despesas/receitas operacionais) somaram R\$ 151,9 milhões no ano de 2017, apresentando uma pequena evolução de 2,4% comparadas ao ano de 2016, quando havia somado R\$ 148,4 milhões. Estas despesas representaram 18,2% da receita líquida consolidada do exercício, enquanto em 2016 essa representatividade foi 17,0%. Este desempenho está melhor detalhado a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2017	%	2016	%	Δ %	2015	%
Despesas com Vendas	-75,2	-9,0%	-66,8	-7,6%	12,5%	-88,2	-10,1%
Desps Gerais e Administrativas	-62,6	-7,5%	-59,3	-6,8%	5,6%	-69,1	-7,9%
Outras Desps/Recs Líquidas	-14,1	-1,7%	-22,3	-2,5%	-36,7%	-17,4	-2,0%
Outras Desps Operacionais	-33,7	-4,0%	-29,0	-3,3%	16,2%	-29,5	-3,4%
Outras Recs Operacionais	19,6	2,3%	6,7	0,8%	193,3%	12,1	1,4%
Total Desp/Rec Operacionais	-151,9	-18,2%	-148,4	-17,0%	2,3%	-174,7	-20,0%

Valores em R\$ milhões e % sobre Receita Líquida

As despesas comerciais de 2017, equivalentes a R\$ 75,2 milhões, apresentaram-se superior na comparação com 2016, sendo que entre os fatores que influenciaram este aumento estão alguns programas de incentivo de vendas, aumento nas despesas com fretes, e parcela de despesas de vendas agregada pela aquisição das empresas Armetal, Farloc e Fanacif. Além dos fatores relacionados anteriormente, a base comparativa está comprometida para análise entre os períodos, devido ao ano de 2016 ter ocorrido reversões de provisões (devedores duvidosos e de contingências).

As despesas administrativas, por sua vez, somaram R\$ 62,6 milhões em 2017, apresentando uma evolução de 5,6% em relação ao ano de 2016, fato que se deve ao maior volume de despesas com assessorias tributárias e jurídicas, e também, por parcela de despesas administrativas agregada de aquisições.

O grupo de outras despesas/receitas apresentou variações atípicas, no exercício de 2017, entre as quais: i) contabilização de R\$ 8,8 milhões de despesas com *impairment*, constituído por subsidiária do exterior; ii) despesas por adesão a Programas de Regularização Tributária; e também, iii) parcela de outras despesas operacionais agregada de aquisições. Por outro lado, foi possível obter ganho de processos judiciais em curso, que beneficiou este grupo de despesas no montante de R\$ 9,2 milhões. Este *impairment* reconhecido pela subsidiária Fras-le North América, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa, de Blocos (Lonas de freio para veículos pesados), localizada na subsidiária, não apresentou viabilidade econômica e nem expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto. No entanto, cabe destacar que o cenário nacional está mais favorável à produção de Blocos no Brasil.

O EBITDA consolidado, de R\$ 106,4 milhões em 2017, reflete os efeitos relacionados nos comentários das receitas de vendas e das despesas operacionais, apresentando uma redução de 13,9% em relação ao ano de 2016. A margem EBITDA ficou em 12,8% no ano, que corresponde a uma redução de 2,4 pontos percentuais comparado à 2016. É importante ressaltar que o desempenho do EBITDA em 2017, reflete também o impacto do *hedge accounting* e das despesas com *impairment*.

Em 2017 o resultado financeiro líquido atingiu um superávit de R\$ 18,3 milhões, sendo equivalente a um desempenho 6,9 vezes maior que o superávit financeiro de R\$ 2,6 milhões no ano de 2016. Entre os principais fatores que contribuíram para este desempenho aparecem a redução dos saldos de empréstimos e financiamentos, e também, a redução nas taxas do câmbio, que teve efeito favorável na composição dos pagáveis e recebíveis sujeitos à variação cambial. O efeito da redução nas taxas de juros ao longo de 2017, sobre os saldos de recursos captados na oferta de ações ocorrida em 2016, e aplicados no mercado financeiro, foi atenuado tendo em vista que no ano passado estes recursos absorveram correção integral dos 12 meses do ano, enquanto em 2016 a correção correspondeu apenas a 9 meses pelo fato dos recursos ingressarem na Companhia no mês de abril.

O lucro líquido de 2017 também absorveu em seu desempenho, além dos fatores relacionados aos aspectos operacionais, variações do resultado financeiro, encerrando o período em R\$ 64,2 milhões, com uma margem líquida de 7,7%. Ocorreu também uma redução de alíquota de impostos nos Estados Unidos, que teve impacto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

negativo sobre ativos diferidos da controla Fras-le North América. É importante destacar que neste exercício está refletindo no lucro líquido um benefício fiscal de R\$ 17,9 milhões, pelo pagamento de juros sobre capital próprio.

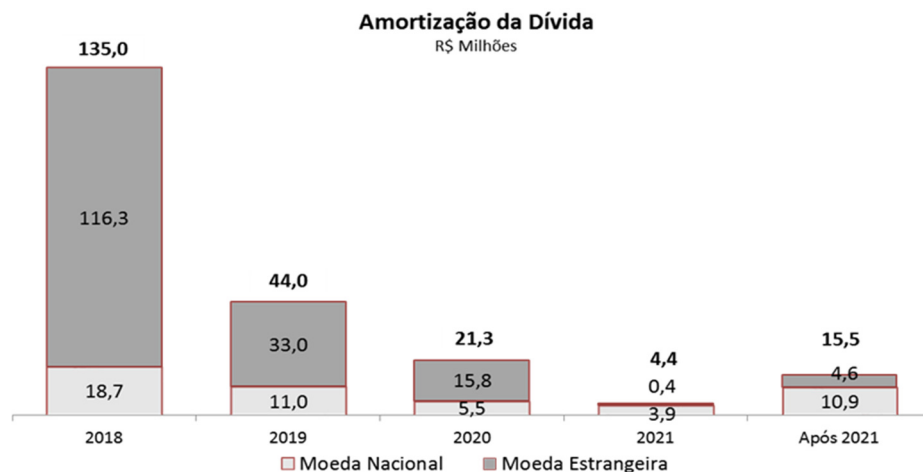
Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2017. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2017, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,1.

A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. Parte dos recursos da Companhia estão aplicados no mercado financeiro, considerando inclusive o valor originado por ocasião de aumento de capital através da oferta de ações. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o período com um saldo de R\$ 479,2 milhões, resultando em um superavit financeiro líquido de R\$ 259,0 milhões.

Em 2017 a Fras-le Brasil amortizou R\$ 122,8 milhões da dívida financeira, enquanto as controladas somaram R\$ 15,2 milhões em amortizações. Foram tomados novos financiamentos na ordem de R\$ 80,1 milhões, pela Fras-le Brasil, basicamente para capital de giro, e R\$ 7,1 milhões através das controladas.

A dívida financeira bruta consolidada encerrou o exercício com saldo de R\$ 220,3 milhões. Deste montante R\$ 135,0 milhões ou 61,3% correspondem ao curto prazo e R\$ 85,2 milhões ou 38,7% ao longo prazo, sendo R\$ 170,2 milhões ou 77,3% atrelados ao dólar, porém, com possíveis impactos da variação cambial amenizados pelo hedge natural obtido através das exportações.

A amortização da dívida consolidada apresenta-se conforme composição anual a seguir:



Conforme pode ser observado nos números de endividamento a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, sendo que o endividamento é calculado pela seguinte fórmula: (divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2017 o índice de endividamento foi de -2,5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Além de volumes de vendas inferiores a receita líquida também sofreu influência de fatores pontuais em alguns trimestres, como o reconhecimento de variação cambial da parcela da dívida designada como *hedge accounting*, e também, o reposicionamento de preços mais abrangente, tanto no mercado nacional como no exterior, necessários para a manutenção e equilíbrio dos negócios frente ao atual cenário recessivo. No mercado externo contribuíram para o bom desempenho, o fim dos bloqueios alfandegários no mercado sul americano, e a recuperação das vendas em outras regiões que passaram por alguma instabilidade em 2015, como Europa, África e América Central. Por outro lado, ocorreu redução nas vendas de lonas de freio para veículos comerciais pesados na região do NAFTA.

Embora fatos eventuais como estes possam comprometer o desempenho das receitas em períodos específicos, é importante citar que a diversificação de segmentos e mercados em que a Companhia atua, o seu posicionamento no cenário global e a variedade de produtos que compõe o portfólio de vendas, são fatores importantes para o equilíbrio e a estabilidade da performance das vendas no médio e longo prazo.

Com a influência dos efeitos citados anteriormente, e apesar de uma pequena apreciação do dólar médio de 2016 frente ao real, (Em 2016 o dólar médio foi R\$ 3,49 enquanto em 2015 sua média ficou em R\$ 3,33), a receita líquida consolidada de R\$ 812,7 mil em 2016 apresentou retração de 7,1% comparada ao desempenho de 2015.

Receita líquida por mercados e produtos					
Valores em R\$ milhões e percentagem.	2015		2016		VAR 2015/2016
MERCADOS					
Externo	446,1	51,0%	443,0	54,5%	-0,7%
Reposição	350,3	40,0%	316,8	39,0%	-9,6%
Montadoras	78,5	9,0%	52,9	6,5%	-32,6%
TOTAL REC. LÍQUIDA P/ MERCADOS	875,0	100,0%	812,7	100,0%	-7,1%

Apesar da estrutura operacional mais enxuta em relação a 2015 e o foco em oportunidades de redução de custos, o lucro bruto consolidado de 2016 sofreu influência de algumas ocorrências específicas durante o segundo semestre, as quais estão condicionadas ao comportamento da economia e variações da moeda. A combinação de alguns destes fatores, com os menores níveis de receitas de vendas, onerou os custos de produção, provocando uma redução nos níveis de lucro bruto da Companhia.

Entre os principais fatores que comprometeram o lucro bruto no decorrer do exercício de 2016 citamos: reposicionamento de preços, nos mercados doméstico e externo, sendo esta estratégia importante para a manutenção da base de clientes diante da atual conjuntura econômica; o efeito *hedge accounting* x variação cambial, absorvendo parcialmente as receitas de exportação e consequentemente refletindo no lucro bruto e na sua margem; outro ponto que refletiu de forma negativa no desempenho do lucro bruto foi o encerramento de processos de importações, que estavam pendentes de normatização legal no sistema SAP, sendo que com a regularização ocorreu o reconhecimento de custos operacionais, porém, teve como contrapartida receitas com variação cambial, favorecendo o desempenho do resultado financeiro.

Apesar destes efeitos, o comportamento do câmbio ao longo de 2016, foi favorável para atuação no mercado externo através das exportações, contribuindo também para diluir os efeitos da pressão inflacionária, com reduções ocorridas nos preços de algumas commodities e serviços adquiridos durante o primeiro semestre.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dessa forma o lucro bruto consolidado da Fras-le atingiu o montante de R\$ 232,0 milhões no ano de 2016, apresentando retração de 9,2% em comparação ao ano anterior, enquanto a margem bruta ficou em 28,5%, com uma leve redução de 0,7 ponto percentual.

As despesas operacionais (comerciais, administrativas e outras despesas/receitas) somaram R\$ 148,4 milhões no ano de 2016, representando uma redução de 15,1% comparadas a 2015, onde haviam somado R\$ 174,7 milhões. Estas despesas representaram 18,3% da receita líquida consolidada de 2016, enquanto no ano anterior essa representatividade foi de 20,0%.

	2015	% S/ Rec. Líqu.	2016	% S/ Rec. Líqu.	VAR 2015 / 2016
Desps com Vendas	-88,2	-10,1%	-66,8	-8,2%	-24,2%
Desps Gerais e Administrativas	-69,1	-7,9%	-59,3	-7,3%	-14,3%
Outras Desps/Recs Oper Líquidas	-17,4	-2,0%	-22,3	-2,7%	28,1%
Outras Desps Operacionais	-29,5	-3,4%	-29,0	-3,6%	-1,8%
Outras Recs Operacionais	12,1	1,4%	6,7	0,8%	-44,8%
Total Desp/Rec Operacionais	-174,7	-20,0%	-148,4	-18,3%	-15,1%

Valores em R\$ milhões.

O grupo de outras despesas/receitas operacionais encerrou o exercício de 2016 com um valor negativo de R\$ 22,3 milhões líquidos, que representou um aumento de 28,1% em comparação com 2015. Entre os principais eventos que influenciaram para esse aumento, aparecem, provisões para contingências, e também, uma redução do valor recuperável de ativo imobilizado da controlada Fras-le North America, *impairment*, equivalente R\$ 12,0 milhões.

Ocorreu que, no encerramento do exercício 2016, durante a realização dos testes de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa, de Blocos (Lonas de freio para veículos pesados), localizada na controlada Fras-le North-America, não apresentou viabilidade econômica no momento, sendo que a Administração não possui expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto. Por outro lado, o cenário de desvalorização do Real (R\$) frente ao Dólar (US\$), tiveram impacto favorável no aumento da produção de Blocos (Lonas de freio para veículos pesados) no Brasil, em relação a produção que seria realizada nos Estados Unidos, sendo esse o principal motivo para o reconhecimento de *impairment* nesta unidade. O desdobramentos da nova política de câmbio promovida pelo atual governo do Estados Unidos sinalizam favorecimento a produção naquele país e novas análises sobre o tema serão feitas ao longo do próximo exercício. Com exceção do exposto acima, a Companhia não identificou a existência de indicadores onde outros ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

O EBITDA consolidado de 2016 no montante de R\$ 123,7 milhões, mesmo absorvendo os efeitos das despesas operacionais, conseguiu apresentar evolução de 1,0% em comparação ao ano de 2015. A margem EBITDA encerrou o exercício em 15,2%, número que representou uma evolução de 1,2 pontos percentuais em relação ao ano de 2015. Da mesma forma que o lucro bruto, o EBITDA também merece destaque, pois nos últimos cinco anos apresentou uma evolução média anual de 9,6%.

O resultado financeiro líquido de 2016 atingiu superávit de R\$ 2,6 milhões, sendo que esta cifra equivale a uma melhora de 119,3% comparado ao resultado financeiro líquido de R\$ 13,5 milhões negativo de 2015. Entre os fatores que influenciaram para esta mudança no perfil do resultado financeiro citamos: a variação cambial influenciando sobre a composição de pagáveis e recebíveis atrelados ao dólar, o menor nível de endividamento com a consequente redução das despesas com juros sobre financiamentos, e também, pelo maior nível de aplicações financeiras, resultando no aumento dos juros ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

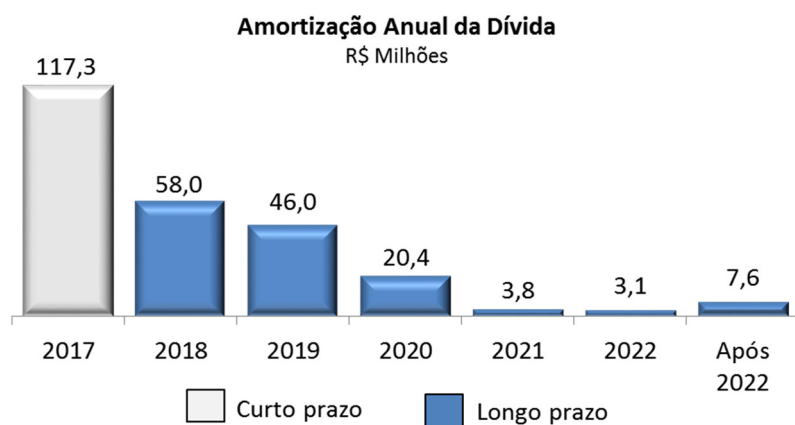
Apesar de influenciado pelos eventos não recorrentes citados anteriormente, o lucro líquido teve em seu desempenho, além da contribuição do superávit financeiro no exercício de 2016, também o benefício fiscal de R\$ 5,4 milhões sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, resultando em um lucro líquido consolidado de R\$ 64,5 milhões, o qual mostrou uma evolução de 23,0% em comparação ao exercício 2015. A margem líquida consolidada encerrou o período em 7,9%, representando evolução de 1,9 pontos percentuais.

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2016. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2016, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,0.

A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. Parte dos recursos da Companhia estão aplicados no mercado financeiro, considerando inclusive o valor originado por ocasião de aumento de capital através da oferta de ações. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o período com um saldo de R\$ 530,4 milhões, resultando em um superávit financeiro líquido de R\$ 274,2 milhões.

Durante o exercício de 2016 a Fras-le Brasil amortizou R\$ 143,9 milhões da dívida financeira, enquanto as unidades controladas somaram R\$ 23,7 milhões em amortizações, atingindo dessa forma uma considerável redução no seu endividamento, já que em se tratando de novos financiamentos foram tomados apenas R\$ 64,8 milhões pela Fras-le Brasil, e R\$ 3,3 milhões através das unidades controladas, basicamente para capital de giro. A dívida financeira bruta consolidada encerrou o exercício com saldo de R\$ 256,2 milhões, deste montante R\$ 117,3 milhões ou 45,8% correspondem ao curto prazo e R\$ 138,9 milhões ou 54,2% ao longo prazo, sendo que R\$ 191,8 milhões ou 74,9% estão atrelados ao dólar, porém, o volume de exportações da Fras-le permite um hedge natural para neutralizar possíveis impactos da variação cambial na dívida financeira.

A dívida consolidada de curto prazo da Companhia encerrou o exercício de 2016 com um saldo de R\$ 117,3 milhões, para liquidação no decorrer de 2017, enquanto a dívida consolidada de longo prazo, equivalente a R\$ 138,9 milhões, está com um prazo de até 11 anos para amortização, a qual apresenta a seguinte composição:



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme pode ser observado nos números de endividamento a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, sendo que o endividamento é calculado pela seguinte fórmula: (divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2016 o índice de endividamento foi de -2,2.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Mesmo apresentando volumes de vendas menores em 2015, foi possível obter evolução nas receitas de vendas, pois além da variedade de mercados e segmentos em que a Companhia atua e seu diversificado portfólio de produtos, também contribuiu para este desempenho a apreciação do dólar frente ao real (Em 2015 o dólar médio foi R\$ 3,33154 enquanto em 2014 sua média ficou em R\$ 2,35355). Também foram importantes os esforços contínuos da força de vendas, principalmente pelas sinergias das equipes de vendas e pela estruturada rede de vendas, possuindo estrutura comercial própria no Brasil, China, EUA, Argentina, Alemanha, Dubai, Chile, México e África do Sul, que são mercados com elevado potencial de expansão. Em 2015 a receita bruta de vendas atingiu R\$ 1,1 bilhão, apresentando evolução de 10,7% em relação ao ano de 2014.

No mesmo ritmo, a receita líquida consolidada da Fras-le no montante de R\$ 875,0 milhões em 2015, também teve desempenho similar à receita bruta, apresentando evolução de 14,4% em relação a 2014 e um crescimento médio anual de 12,5% nos últimos cinco anos.

Destacam-se no exercício de 2015 o desempenho das receitas no mercado externo e reposição nacional, onde a evolução nas taxas do dólar e o reposicionamento de preços em algumas linhas de produtos foram diferenciais importantes para este desempenho. Quanto ao mercado de montadoras nacional, a retração apresentada está diretamente relacionada à redução na demanda da indústria automobilística.

Receita líquida por mercados e produtos					
MERCADOS	2014		2015		VAR 2014 2015
Externo	358,1	46,8%	446,1	51,0%	24,6%
Reposição	319,9	41,9%	350,3	40,0%	9,5%
Montadoras	86,7	11,3%	78,5	9,0%	-9,4%
Total	764,7	100,0%	875,0	100,0%	14,4%

O EBITDA consolidado de 2015 no montante de R\$ 122,5 milhões, mesmo absorvendo os efeitos das despesas operacionais, conseguiu apresentar evolução de 16,9% em comparação ao ano de 2014. A margem EBITDA encerrou o exercício em 14,0%, número que representou uma evolução de 0,3 pontos percentuais em relação ao ano de 2014. Da mesma forma que o lucro bruto, o EBITDA também merece destaque, pois nos últimos cinco anos apresentou uma evolução média anual de 17,6%.

No ano de 2015 o lucro bruto consolidado atingiu o montante de R\$ 255,6 milhões, apresentando evolução de 24,8% sobre o lucro bruto consolidado de 2014, enquanto a margem bruta de 29,2% teve incremento de 2,4 pontos percentuais comparada ao exercício de 2014. Durante todo o ano de 2015 as taxas cambiais também se comportaram favoravelmente ao perfil exportador da Companhia, sendo um importante fator para o crescimento do lucro bruto, onde o volume exportado através do Brasil foi favorecido por uma evolução média no câmbio de aproximadamente R\$ 0,978 por dólar em relação ao ano de 2014, fato que permitiu diluir os efeitos da pressão inflacionária sobre os preços de algumas commodities e serviços adquiridos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

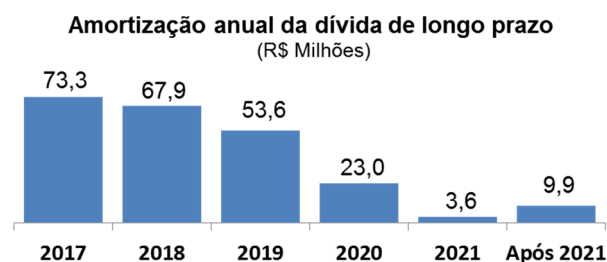
O lucro líquido consolidado de R\$ 52,5 milhões no exercício de 2015, apesar de influenciado pelos eventos pontuais já relatados neste relatório, apresentou evolução de 15,9% em relação a 2014. A margem líquida consolidada encerrou o período em 6,0%, se mantendo estável em relação a margem líquida de 2014. O benefício fiscal pelo pagamento de Juros sobre capital próprio aos acionistas, no valor de R\$ 4,6 em 2015, contribuiu para amenizar o impacto dos maiores níveis de despesas operacionais e financeiras deste exercício.

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2015. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2015, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 1,9.

A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. Parte dos recursos da Companhia, no final de 2015, estavam aplicados no mercado financeiro. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o período com um saldo de R\$ 216,9 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 165,3 milhões.

Durante o exercício de 2015 a Fras-le amortizou R\$ 235,0 milhões da dívida financeira, sendo R\$ 124,2 milhões pela Fras-le Brasil e R\$ 110,8 milhões pelas controladas. Em relação a novos empréstimos ocorreram as seguintes liberações: R\$ 65,7 milhões para Controladas e R\$ 38,4 milhões para a Fras-le Brasil. A dívida bruta consolidada encerrou o período em R\$ 382,2 milhões, dos quais R\$ 150,9 milhões ou 39% são curto prazo e R\$ 231,3 milhões ou 61% são de longo prazo, sendo que R\$ 183,8 milhões ou 48% estão atrelados ao dólar.

A dívida consolidada de longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2015 estava com um prazo de até 12 anos para amortização, e apresenta a seguinte composição:



Conforme pode ser observado nos números de endividamento a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, sendo que o endividamento é calculado pela seguinte fórmula: (divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2015 o índice de endividamento foi de 1,3.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b) Estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis baixos de alavancagem, situação que faz parte de sua estratégia de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$783,0 milhões, comparado a R\$773,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$433,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. O aumento do patrimônio líquido de 78,4% ou R\$339,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, quando comparado a 31 de dezembro de 2015, esse grande incremento refere-se à oferta pública de ações ordinárias de emissão própria realizada no mês de abril. Nessa operação a controladora Randon S.A. efetuou uma integralização de capital e passou a deter 51,16% da posição acionária, o restante dos incrementos foram de ações adquiridas por grupos de investimentos e pequenos investidores. O Aumento do patrimônio líquido de 1,3% ou R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, quando comparado com 31 de dezembro de 2016, refere-se ao desempenho operacional do período, que resultou em um aumento das reservas de lucros e resultados abrangentes.

A operação

Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 57,7% de capital próprio e 42,3% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2016 esta estrutura era composta por 64,3% de capital próprio e 35,7% de capital de terceiros, e em 31 de dezembro de 2015 esta estrutura era composta por 44,6% de capital próprio e 55,4% capital de terceiros, respectivamente, conforme evidenciado na tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(em R\$ mil)	(em R\$ mil)	(em R\$ mil)
Capital próprio			
Capital social	600.000	600.000	300.000
Reserva de lucros	150.182	146.797	104.105
Outros resultados abrangentes	30.713	25.339	28.037
Participação de acionistas não controladores	2.126	906	1.111
Patrimônio líquido	783.021	773.042	433.253
Capital de terceiros			
Passivo circulante	418.321	240.781	266.800
Passivo não circulante	155.123	188.481	270.906
Total do passivo	573.444	429.262	537.706
Total do passivo e patrimônio líquido	1.356.465	1.202.304	970.959

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses) sendo que este apresentou significativa redução devido, em grande parte, pelo incremento de capital efetuado em decorrência da oferta de ações, que refletiu em aumento do saldo de recursos aplicados no mercado financeiro, e também, à redução nos níveis de dívida financeira, devido a liquidação de alguns empréstimos no período, ocorrendo com estes efeitos uma inversão do índice de endividamento, o qual passou a ser negativo em 2016. A redução no índice de liquidez de 3,3 em dezembro de 2016 para 2,1 em 31 de dezembro de 2017 refere-se a valores apropriados no passivo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

circulante como outras exigibilidades, destinados a quitação de aquisições de empresas adquiridas no exterior. A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos da Companhia que visa a maximizar o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos buscando não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

Em 2017, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,1 e o índice de endividamento foi de -2,5.

Em 2016, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 3,3 e o índice de endividamento foi de -2,2.

Em 2015, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 1,9 e o índice de endividamento foi de 1,3.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e, principalmente, instrumentos lastreados em exportação para financiar as suas necessidades de capital.

O caixa e equivalentes de caixa se manteve estável ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. O caixa e equivalentes de caixa apresentou forte evolução em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 devido ao aumento de capital realizado, que tem o seu detalhamento feito no item b – Estrutura de Capital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo relaciona os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Financiamentos (em R\$ mil):		Indexador	Juros	Vencimento	Em 31 de dezembro de		
					2017	2016	2015
Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	4% a 5% a.a	02/2020	3.786	3.793	3.800	
BNDES	TJLP	1,97% a 3% a.a.	11/2019	7.804	7.753	18.685	
EXIM	TJLP	5,5%a.a..	04/2016	-	-	50.576	
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	3.934	2.950	2.720	
Empréstimos capital de giro		4,5% a 8,7% a.a.	08/2018	66	1.425	2.674	
Vendor	Selic	3% a.a.	01/2017	3.098	2.630	2.578	
Leasing Banco IBM	CDI		09/2017	-	335	335	
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor	4% a.a.	08/2018	12.872	12.266	15.873	
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	04/2018	2.294	431	7.758	
Leasing US\$ 4 mil	-	2,8% a.m.	08/2015	-	-	-	
BNDES	5,6 + Spread+	1,97% a.a.	01/2020	2.349	2.320	2.786	
IFC financiamento	Libor+	3% a.a.	10/2017	-	4.377	5.268	
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	03/2020	31.367	31.385	37.829	
ACC		3,81% a 5,15%a.a	09/2017	67.468	47.642	0	
				135.038	117.307	150.882	
Não circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	4 a 5% a.a.	02/2020	4.400	8.172	11.943	
BNDES	TJLP	1,97% a 3% a.a.	11/2019	7.108	14.715	22.101	
EXIM	TJLP	5,5% a.a.		-	-	-	
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	19.808	22.508	28.414	
Empréstimo Finem	TJLP	9,94% a.a..	08/2018	-	65	1.484	
Leasing Banco IBM	CDI		09/2017	-	-	335	
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor	4% a.a.	08/2018	6.263	11.851	28.398	
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	04/2018	-	2.687	653	
BNDES	5,6 + Spread	1,97% a.a.	01/2020	2.530	4.793	8.498	
IFC financiamento	Libor+	3% a.a.	10/2017	-	-	5.206	
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	03/2020	45.109	74.070	124.244	
				85.218	138.861	231.276	
Total de empréstimos sujeitos a juros				220.256	256.168	382.158	
* Taxa aplicável quando exceder 5.5% a.a..							

* Taxa aplicável quando exceder 5,5% a.a..

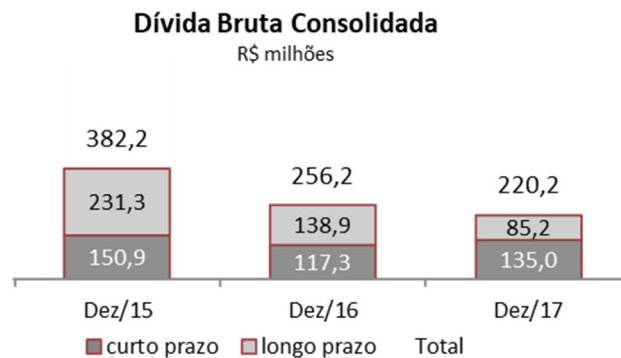
e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia utiliza no curso regular dos seus negócios são o caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais. A Companhia acredita que essas disponibilidades são suficientes para atender as suas necessidades regulares de capital. Embora não as tenha utilizado nos últimos anos, a Companhia acredita ter acesso rápido a linhas de crédito, considerando os bons índices de avaliação junto a instituições financeiras, caso haja descasamento entre essas disponibilidades e as obrigações vincendas no curto prazo da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A evolução da dívida bruta consolidada da Companhia, que compreendem as dívidas financeiras (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo, encontra-se representado pelos gráficos abaixo, segregados entre curto e longo prazo, conforme o prazo de vencimento, inferior ou superior a 12 meses:



i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela constante da seção 10.1 (d) “Empréstimos e Financiamentos” deste Formulário de Referência compreende os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo somavam em 31 de dezembro de 2017, R\$135,0 milhões, em 31 de dezembro de 2016, R\$117,3 milhões, e em 31 de dezembro de 2015, R\$150,9 milhões, e consistem, principalmente, de financiamentos à exportação, resolução 2770 NCE e empréstimos com recursos do BNDES, FINEP e Fundopem.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizavam em 31 de dezembro de 2017, R\$85,2 milhões, em 31 de dezembro de 2016, R\$138,9 milhões, e em 31 de dezembro de 2015, R\$231,3 milhões, e consistem, principalmente, financiamentos à exportação resolução 2770 NCE e empréstimos com recursos do BNDES e FINEP.

Abaixo seguem as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Companhia vem cumprindo regularmente as condições, garantias e restrições acordadas nos termos desses contratos:

Em 25 de abril de 2013, a Companhia celebrou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o contrato de financiamento nº 13.2.0033.1, no valor de R\$109.046.000,00, a ser quitado em até 60 parcelas mensais, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 31 de julho de 2013 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2020. O saldo devedor sofrerá incidência de diferentes taxas de juros conforme as cinco parcelas de subcrédito, que variam de 1,97% ao ano acrescidos da TJLP, até 3% ao ano. Há cláusula de vencimento antecipado. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$19,8 milhões.

Em 28 de fevereiro de 2011, a Companhia celebrou com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, o contrato de financiamento nº 02.11.02.28.00, a ser quitado em 81 parcelas mensais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 16 de novembro de 2011 e a última vencerá em 15 de fevereiro de 2020. O saldo devedor sofrerá incidência de juros correspondentes a TJLP + 5,0% ao ano. O contrato possui cláusula de vencimento antecipado da dívida na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação contida no contrato, o que ocasionará a majoração da taxa de juros para TJLP acrescida de um spread

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 10,0% ao ano sobre o saldo devedor. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$8,2 milhões.

Em 02 de abril de 2012, a Companhia emitiu em favor do Banco Itaú BBA S.A., duas Notas de Crédito à Exportação de nº 106312040200020 e 106312042000090 ("NCEs"), no valor total de US\$50.000.000,00, a serem quitadas em 16 parcelas semestrais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. As primeiras parcelas venceram em 21 de setembro de 2012 e as últimas vencerão em 20 de março de 2020. O saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes Libor de 6 meses, acrescida de um spread de 4,5% ao ano, além da variação cambial. As NCEs estão sujeitas a cláusulas de vencimento antecipado usualmente adotadas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) contratação pela Companhia de financiamentos ou recursos por meio de outros instrumentos disponíveis no mercado financeiro relacionados a exportações; (ii) inadimplemento das obrigações constantes nas NCEs ou em qualquer outro contrato firmado com o banco; (iii) mudança ou alteração do objeto social da Companhia; (iv) alteração ou modificação da composição do capital social ou mudança, transferência ou cessão do controle acionário; (v) incorporação, fusão ou cisão da Companhia; e (vi) não observância pela Companhia da relação: dívida líquida/EBITDA menor que 2,5x. As dívidas são garantidas por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$76,5 milhões.

Em 21 de dezembro de 2006, a Companhia celebrou com o Badesul Desenvolvimento S.A., um contrato de financiamento (Fundopem) nº 2770, a ser quitado em 96 parcelas mensais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 23 de abril de 2007 e a última vencerá em 21 de maio de 2027. O saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes a IPCA, acrescida de um spread de 3,0% ao ano. A dívida é garantida por fiança concedida pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$23,7 milhões.

Em 29 de agosto de 2011, a subsidiária Fras-le North America celebrou com o Banco Itaú S.A., um contrato de financiamento nº 1/208, a ser quitado em 20 parcelas trimestrais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 30 de agosto de 2013 e a última vencerá em 30 de agosto de 2018. O saldo devedor sofrerá incidência de juros correspondentes a Libor acrescida de um *spread* de 4,0% ao ano. O contrato não possui cláusula restritiva que declare o vencimento antecipado da dívida. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 24,1 milhões. O contrato de financiamento está sujeito à cláusula de vencimento antecipado, ficando a critério da instituição financeira terminar o compromisso de empréstimo e/ou, conforme o caso, determinar que todas as quantias devidas em decorrência do contrato se tornem imediatamente exigíveis. As hipóteses de vencimento são as usualmente inseridas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) falha, por parte da Fras-le North America ou da Companhia, em pagar as quantias de principal e de juros devidas em virtude do empréstimo ou em cumprir quaisquer outras de suas obrigações; (ii) mudança na estrutura de capital ou no controle da Fras-le North America ou da Companhia; (iii) insuficiência, destruição ou inadequação superveniente de qualquer bem dado em garantia do empréstimo, bem como falha na constituição ou execução de quaisquer de suas garantias; (iv) descumprimento, por parte da Fras-le North America ou da Companhia, de qualquer termo, covenant ou acordo descrito nos documentos do empréstimo; e (v) decretação de falência, recuperação judicial ou insolvência da Fras-le North America ou da Companhia.

Em 5 de fevereiro de 1999, a Companhia celebrou com a *International Finance Corporation* ("IFC") um contrato de investimento, por meio do qual a IFC concedeu dois empréstimos, no valor de US\$10.000.000,00 e US\$15.000.000,00 à Companhia. O primeiro empréstimo foi concedido e utilizado, porém o segundo empréstimo não veio a ser desembolsado e foi cancelado pela IFC, nos termos do contrato. Em 28 de setembro de 2007, a Companhia e a IFC celebraram um aditivo ao contrato de investimento, por meio do qual a IFC concedeu um

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

empréstimo adicional de US\$10.000.000,00. O primeiro empréstimo foi quitado em 15 de abril de 2009, enquanto o segundo empréstimo será pago em parcelas semestrais de principal, sendo que a primeira venceu em 15 de outubro de 2010 e a última vencerá 15 de outubro de 2017. O saldo devedor do segundo empréstimo sofre incidência de juros correspondentes a Libor de 6 meses, acrescida de um spread de 3% ao ano, além da variação cambial. O contrato de investimento está sujeito a cláusulas de vencimento antecipado usualmente adotadas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) contratação de operações com derivativos exceto para fins de hedge; (ii) inadimplemento das obrigações constantes no contrato de investimento ou em qualquer outro contrato firmado com a IFC ou qualquer outro credor; (iii) venda de ativos fixos com valor agregado superior a US\$10,0 milhões, exceto caso os ativos estejam sendo substituídos simultaneamente; (iv) incorporação, fusão ou cisão da Companhia; e (v) não observância pela Companhia das relações: ativo circulante por passivo circulante maior que 1,3x e dívida financeira líquida por EBITDA menor que 2,3 entre 3º e 4º trimestres de 2012; 2,0 entre 1º e 2º trimestres de 2013; 1,8 entre 3º e 4º trimestres de 2013; e 1,5 a partir do 1º trimestre de 2014. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$4,4 milhões. Em outubro de 2017 a Companhia liquidou este financiamento, com a quitação da última parcela.

Somados aos contratos relacionados acima verificam-se operações de ACC que em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$67,5 milhões com taxas de juros incidentes que variam de 3,4% a 5,0% + variação cambial.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Impostos a recolher;
- 3) Empréstimos e financiamentos com garantias reais (atualmente, não aplicável);
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O contrato de financiamento celebrado com o *International Finance Corporation – IFC* descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de descumprimento dos seguintes índices financeiros:

- i) Índice de liquidez corrente, correspondente à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante em determinada data, que não poderá ser inferior a 1,3; e

Índice de endividamento, correspondente à divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA anualizado, que não pode(rá) ser maior que 2,3 entre 3º e 4º trimestres de 2012; 2,0 entre 1º e 2º trimestres de 2013; 1,8 entre 3º e 4º trimestres de 2013; e 1,5 a partir do 1º trimestre de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii) Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a Companhia estava em conformidade com os níveis requeridos por esse contrato, o qual encerrou em outubro de 2017.

Para fins dos índices referidos acima, considera-se:

“Ativo circulante” a soma dos valores de caixa, estoques, investimentos classificados como “detidos para negociação”, investimentos classificados como “disponíveis para venda”, contas a receber de clientes, outras contas a receber realizáveis dentro de um ano e despesas pagas antecipadamente, as quais serão debitadas da renda dentro de um ano.

“Passivo circulante” a soma de todos os passivos devidos à vista ou dentro de um ano (incluindo adiantamentos de contrato de câmbio, bem como outros tipos de instrumentos financeiros comerciais com vencimento inferior a 36 meses, celebrados pela Companhia no curso ordinário de seus negócios para desconto de recebíveis de exportação, com fins não especulativos), mas com exclusão dos passivos relacionados à propriedade, instalações e equipamentos na medida em que os valores dos mesmos forem excluídos do cálculo do Ativo Circulante.

“Dívida Financeira Líquida” o resultado da subtração do saldo da dívida financeira pelo caixa e equivalentes de caixa.

“EBITDA” a soma do lucro líquido, das despesas com juros, taxas, itens extraordinários, depreciação, amortização ou quaisquer outras despesas que não envolvam caixa (na medida em que cada um for deduzido do cálculo do lucro líquido).

O contrato de financiamento celebrado com o Banco Itaú BBA S.A descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de descumprimento do índice de endividamento, correspondente à divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA anualizado, que não pode(rá) ser maior que 2,5.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 a Companhia estava em conformidade com os níveis requeridos por esse contrato.

Para fins do índice referido acima, considera-se:

“Dívida Líquida” a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluindo os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e as contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas, bem como dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas, deduzidas as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

“EBITDA” o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, da depreciação e da amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

O contrato de financiamento celebrado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de não comprovação pela Companhia das exportações prometidas nos processos de Exim.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os contratos financeiros dos quais a Companhia é parte possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente previstas em operações financeiras que limitam, dentre outros eventos, a alienação de ativos da Companhia e a alienação/transferência do seu controle societário.

A Companhia entende que as cláusulas de quaisquer dos contratos de financiamento dos quais é parte não restringirão de maneira significativa a capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer as necessidades de capital, caso seja necessário.

Adicionalmente, nenhuma das cláusulas desses contratos restringe diretamente a capacidade de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio da Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a Companhia estava em conformidade com as restrições citadas por esses contratos.

g) Limite dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a Companhia não possuía limites nos financiamentos então contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às informações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Apresentação das principais contas das demonstrações de resultados da Companhia

Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega; b) Prestação de serviços: A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado. c) Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados são compostos de (i) matérias-primas e outros materiais usados e consumidos na produção; (ii) fretes de matérias primas; (iii) outros custos, incluindo depreciação, custo de mão de obra, serviços de terceiros, entre outros.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais são compostas principalmente por (i) despesas com vendas, compostas por fretes de nossos produtos finais e comissões; (ii) despesas administrativas e gerais, compostas por despesas com as áreas de apoio, tais como qualidade, suprimentos, manutenção e despesas com pesquisa e desenvolvimento; (iii) despesas com honorários fixos da administração; (iv) outras despesas operacionais, compostas principalmente por participações de resultados, provisões e outros resíduos de venda de imobilizados; e (v) outras receitas operacionais, compostas principalmente por venda de imobilizados (ex. sucata). A Companhia não divulga as receitas (despesas) operacionais por segmento, pois tais itens não são informados de forma segregada aos responsáveis pelas tomadas de decisões na Companhia.

Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com variação cambial, juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas com outras operações de derivativos, ajustes a valor presente, variações monetárias, despesas bancárias, e outras despesas financeiras, compostas principalmente por descontos concedidos, taxas (IOF) e comissões.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de variações cambiais, juros sobre rendimentos de aplicações financeiras, ganhos com outras operações de derivativos, ajustes a valor presente e outras receitas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, conforme Lei nº 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Participação dos administradores nos lucros

As despesas com participações de administradores nos lucros encontram-se prevista no artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e por proposição do Conselho de Administração e a critério da Assembleia Geral Ordinária,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

os diretores da Companhia poderão perceber ainda uma participação nos lucros da Companhia que terá como limite superior, o menor dos seguintes valores: (a) 8% (oito por cento) dos lucros da Companhia; ou (b) o total da remuneração anual dos administradores, atualizada monetariamente. Cabe ao Conselho de Administração a distribuição individual da participação atribuída aos Diretores. Os Diretores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o artigo 39 do Estatuto Social.

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado, a partir das suas demonstrações financeiras consolidadas

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2017		2016		2015		Δ 2017 x 2016		Δ 2016 x 2015	
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Receita operacional líquida	832.831	100,0%	812.651	100,0%	875.026	100,0%	20.180	2,5%	- 62.375	-7,1%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-615.664	-73,9%	-580.608	-71,4%	-619.441	-70,8%	- 35.056	6,0%	38.833	-6,3%
Lucro bruto	217.167	26,1%	232.043	28,6%	255.585	29,2%	- 14.876	-6,4%	- 23.542	-9,2%
Receitas (despesas) operacionais										
Vendas	-75.187	-9,0%	-66.838	-8,2%	-88.188	-10,1%	- 8.349	12,5%	21.350	-24,2%
Administrativas e gerais	-58.671	-7,0%	-55.811	-6,9%	-65.426	-7,5%	- 2.860	5,1%	9.615	-14,7%
Honorários da administração	-3.926	-0,5%	-3.463	-0,4%	-3.702	-0,4%	- 463	13,4%	239	-6,5%
Outras despesas operacionais	-33.657	-4,0%	-28.960	-3,6%	-29.476	-3,4%	- 4.697	16,2%	516	-1,8%
Outras receitas operacionais	19.513	2,3%	6.666	0,8%	12.075	1,4%	12.847	192,7%	- 5.409	-44,8%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	65.239	7,8%	83.637	10,3%	80.868	9,2%	- 18.397	-22,0%	2.769	3,4%
Despesas financeiras	-77.820	-9,3%	-100.089	-12,3%	-151.551	-17,3%	22.269	-22,2%	51.462	-34,0%
Receitas financeiras	96.176	11,5%	102.733	12,6%	138.019	15,8%	- 6.557	-6,4%	- 35.286	-25,6%
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	83.595	10,0%	86.281	10,6%	67.336	7,7%	- 2.685	-3,1%	18.945	28,1%
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	-19.435	-2,3%	-21.803	-2,7%	-14.874	-1,7%	2.369	-10,9%	- 6.929	46,6%
Lucro líquido do exercício	64.160	7,7%	64.477	7,9%	52.462	6,0%	- 317	-0,5%	12.015	22,9%

Receita operacional líquida

A tabela seguinte indica a composição da receita operacional líquida, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2017		2016		2015		Δ 2017 x 2016		Δ 2016 x 2015	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Variação em R\$	Variação %	Variação em R\$	Variação %
(Em R\$ mil exceto percentuais)										
Receita operacional líquida	832.831	100,0%	812.651	100,0%	875.026	100,0%	20.181	2,5%	-62.376	-7,1%
Montadoras	104.259	12,5%	98.290	12,1%	131.038	15,0%	5.969	6,1%	-32.748	-25,0%
Reposição	728.572	87,5%	714.360	87,9%	743.988	85,0%	14.212	2,0%	-29.628	-4,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme o quadro anterior, a receita operacional líquida apresentou redução de R\$62,4 milhões, ou 7,1%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$812,7 milhões, comparado a R\$875,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é explicada pelo desempenho dos segmentos operacionais da Companhia, conforme segue:

- i. Montadoras: houve redução de 25,0% na receita operacional líquida do segmento, passando de R\$131,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$98,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, decorrente, principalmente:
 - a) Fragilidade na economia nacional e instabilidade política fizeram com que o mercado como um todo, pessoas físicas e jurídicas, postergasse a compra de veículos novos, atingindo as indústrias automobilísticas e de autopeças;
 - b) Dificuldades para liberação do crédito devido à aversão ao risco.
- ii. Reposição: houve redução de R\$29,6 milhões, ou 4,0%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$744,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$714,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Aspectos que merecem destaque:
 - a) A redução da atividade econômica impactou na diminuição dos fretes rodoviários, promovendo uma parada parcial na frota circulante de veículos utilizados para esta finalidade, tendo como consequência o prolongamento do tempo de manutenção dos mesmos, refletindo em menor demanda por materiais de fricção;
 - b) Com o objetivo de manter-se competitivo durante o desafiador cenário de crise econômica houve a necessidade de promover reposicionamentos de preços em algumas linhas de materiais de fricção.

Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou aumento de R\$20,2 milhões, ou 2,5%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$832,8 milhões, comparado a R\$812,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é explicada pela evolução da receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

- i. Montadoras: houve aumento de R\$5,9 milhões, ou 6,0%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, passando de R\$98,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$104,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, decorrente, principalmente:
 - a. Do aumento no volume de vendas devido ao melhor desempenho da economia nacional e ao crescimento nas exportações de veículos novos para outros países;
 - b. Aumento na produção de veículos novos no Brasil, principalmente a categoria de caminhões, para qual a Fras-le possui liderança no fornecimento de materiais de fricção.
- ii. Reposição: houve aumento de R\$ 14,2 milhões, ou 2,0%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$714,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$728,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, decorrente, principalmente, de:
 - a. Crescimento da receita líquida no mercado doméstico de reposição, motivado pelo reposicionamento de preços;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- b. Melhora verificada na economia nacional e a consequente expansão da frota de veículos em circulação, que reflete em aumento nas manutenções em veículos, como exemplo o sistema de freio e a substituição de peças, como os materiais de fricção produzidos pela Fras-le.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2017		2016		2015		Δ 2017 x 2016		Δ 2016 x 2015	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Variação em R\$	Variação %	Variação em R\$	Variação %
(Em R\$ mil exceto percentuais)										
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-615.664	100,0%	-580.608	100,0%	-619.441	100,0%	-35.056	6,0%	38.833	-6,3%
Montadoras	-83.807	13,6%	-75.398	13,0%	-101.281	16,4%	-8.409	11,2%	25.883	-25,6%
Reposição	-531.857	86,4%	-505.210	87,0%	-518.160	83,6%	-26.647	5,3%	12.950	-2,5%

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram uma redução de R\$38,8 milhões, ou 6,3%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, onde é observado que: (a) no segmento de montadoras, houve redução de R\$25,9 milhões, ou 25,6% devido principalmente pela queda da participação deste segmento no faturamento total da empresa; (b) no segmento de reposição houve uma redução de R\$13,0 milhões, ou 2,5%.

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram uma evolução de R\$35,1 milhões, ou 6,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, onde é observado que: (a) no segmento de montadoras, houve aumento de R\$8,4 milhões, ou 11,2% devido ao melhor desempenho deste segmento no faturamento total da empresa; (b) no segmento de reposição houve aumento de R\$26,6 milhões, ou 5,3%, relacionado a maiores volumes de vendas e o consequente reflexo na evolução das receitas da Companhia. Adicionalmente, também ocorreram aumentos de preços das resinas e do aço, que são matérias-primas utilizadas em grande escala pela Fras-le.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas com vendas apresentaram uma redução de R\$21,3 milhões em 2016 comparadas a 2015, ou 24,2%, o que decorre principalmente pela queda apresentada pela receita operacional líquida, refletindo nas despesas variáveis de vendas, e ainda, sinergias com reestruturações em mão de obra comercial.

As despesas administrativas e gerais apresentaram uma redução de R\$9,6 milhões em 2016 sobre 2015, ou 14,7%, devido a intensificação da política conservadora seguida pela companhia, com foco no controle de despesas e otimização dos processos.

O grupo outras receitas (despesas) operacionais, variaram de uma despesas líquida de R\$17,4 milhões em 2015, para uma despesa líquida de R\$22,3 milhões em 2016, sendo que os principais eventos que influenciaram para esse aumento foram: provisões para contingências, e também, uma redução do valor recuperável de ativo imobilizado, *impairment*, no valor de R\$12,0 milhões, da controlada Fras-le North America, onde foi identificado que a unidade geradora de caixa, de Blocos (Lonas de freio para veículos pesados), não apresentou viabilidade

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

econômica no momento, sendo que a administração não possui expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto. Com exceção deste caso, a Companhia não identificou a existência de indicadores onde outros ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

As despesas com vendas apresentaram um aumento de R\$8,3 milhões em 2017 em comparação a 2016, devido a aumento nas despesas com fretes, e também, parcela de despesas de vendas agregadas devido a empresas adquiridas no exterior.

As despesas administrativas e gerais apresentaram um aumento de R\$2,9 milhões em 2017 comparado a 2016, devido principalmente ao maior volume de despesas com assessorias jurídicas e tributárias, e também, parcela de despesas administrativas agregadas de aquisições.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas variaram de uma despesa operacional líquida de R\$22,3 milhões em 2016, para despesa operacional líquida de R\$14,1 milhões em 2017, devido a seguinte combinação de fatores: i) contabilização de R\$ 8,8 milhões de despesas com *impairment*, constituído por subsidiária do exterior; ii) despesas por adesão a Programas de Regularização Tributária; e também, iii) parcela de outras despesas operacionais agregada de aquisições. Por outro lado, foi possível obter ganho de processos judiciais em curso, que beneficiou este grupo de despesas no montante de R\$ 9,2 milhões. Com relação ao *impairment* reconhecido pela subsidiária Fras-le North América, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa, de Blocos (Lonas de freio para veículos pesados), localizada na subsidiária, não apresentou viabilidade econômica e nem expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto. No entanto, cabe destacar que o cenário nacional está mais favorável à produção de Blocos no Brasil.

Despesas financeiras

As despesas financeiras reduziram R\$51,5 milhões, ou 34,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizaram R\$100,1 milhões, comparado a R\$151,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa redução decorreu, principalmente, devido ao menor nível de endividamento com a consequente redução das despesas com juros sobre financiamentos, além de efeitos da variação cambial.

As despesas financeiras reduziram R\$22,3 milhões, ou 22,2%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$77,8 milhões, comparado a R\$100,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento decorreu principalmente devido a redução nas taxas do dólar refletindo nos passivos atrelados ao dólar, e também, redução nos saldos de empréstimos e financiamentos.

A tabela abaixo contempla a segregação das despesas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017	2016	2015	Δ 2017 x 2016	Δ 2016 x 2015	
	Em R\$ mil exceto percentuais					
Despesas financeiras	77.862	100.089	151.551	-22.227	-22,2%	-51.462 -34,0%
Variação cambial	27.508	52.026	84.678	-24.518	-47,1%	-32.652 -38,6%
Juros sobre financiamentos	21.216	24.234	31.919	-3.018	-12,5%	-7.685 -24,1%
Outras operações de derivativos		58	7.056	-58	-100,0%	-6.998 -99,2%
Ajuste a valor presente	3.804	3.534	3.141	270	7,6%	393 12,5%
Outras despesas financeiras	25.334	20.237	24.757	5.097	25,2%	-4.520 -18,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receitas financeiras

As receitas financeiras reduziram R\$35,3 milhões, ou 25,6%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizaram R\$102,7 milhões, comparado a R\$138,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa redução está proporcionalmente relacionada à variação nas taxas do dólar, que refletiram nos ativos atrelados à moeda norte americana.

As receitas financeiras reduziram R\$6,6 milhões, ou 6,4%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$96,2 milhões, comparado a R\$102,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa redução tem como principal motivo às taxas médias do dólar inferior ao longo de 2017, que refletiram nos ativos atrelados ao dólar.

A tabela abaixo contempla a segregação das receitas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
	2017	2016	2015	Δ 2017 x 2016		Δ 2016 x 2015	
	Em R\$ mil exceto percentuais						
Receitas financeiras	96.176	102.733	138.019	-6.557	-6,4%	-35.286	-25,6%
Variação cambial	30.258	39.228	95.207	-8.970	-22,9%	-55.979	-58,8%
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	46.568	46.773	24.070	-205	-0,4%	22.703	94,3%
Ganhos com outras operações de derivativos	0	0	3.814	0	0,0%	-3.814	-100,0%
Ajuste a valor presente	11.093	14.156	13.057	-3.063	-21,6%	1.099	8,4%
Outras receitas financeiras	8.257	2.576	1.871	5.681	220,5%	705	37,7%

Em 2017 o resultado financeiro líquido atingiu um superávit de R\$ 18,3 milhões, sendo equivalente a um desempenho 6,9 vezes maior que o superávit financeiro de R\$ 2,6 milhões no ano de 2016. Entre os principais fatores que contribuíram para este desempenho aparecem a redução dos saldos de empréstimos e financiamentos, e também, a redução nas taxas do câmbio, que teve efeito favorável na composição dos pagáveis e recebíveis sujeitos à variação cambial.

A Companhia apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia, com base nas suas demonstrações financeiras

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 comparado a 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2016 comparado a 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo	Em 31 de dezembro de									
	2017		2016		2015		Δ 2017 x 2016		Δ 2016 x 2015	
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	R\$	%	R\$	%
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	237.773	17,5%	256.244	21,3%	161.895	16,7%	-18.471	-7,2%	94.349	58,3%
Aplic. financ. de liquidez não imediata	241.473	17,8%	274.181	22,8%	55.008	5,7%	-32.708	-11,9%	219.173	398,4%
Clientes	77.793	5,7%	61.449	5,1%	75.507	7,8%	16.344	26,6%	-14.058	-18,6%
Estoques	256.210	18,9%	172.161	14,3%	187.280	19,3%	84.049	48,8%	-15.119	-8,1%
Imp. e contrib. a recuperar	38.558	2,8%	18.647	1,6%	16.732	1,7%	19.912	106,8%	1.915	11,4%
Outros ativos circulantes	12.974	1,0%	13.677	1,1%	16.090	1,7%	-703	-5,1%	-2.414	-15,0%
Total do ativo circulante	864.781	63,8%	796.359	66,2%	512.512	52,8%	68.422	8,6%	283.847	55,4%
Não circulante										
Imp. e contrib. a recuperar	16.878	1,2%	9.367	0,8%	7.242	0,7%	7.511	80,2%	2.125	29,3%
Depósitos judiciais	11.644	0,9%	8.500	0,7%	6.835	0,7%	3.144	37,0%	1.665	24,4%
Benefícios pós-emprego a funcionários	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Impostos sobre o lucro diferidos	25.718	1,9%	31.330	2,6%	30.613	3,2%	-5.612	-17,9%	717	2,3%
Partes relacionadas	0	0,0%	0	0,0%	-	-	-	0,0%	-	0,0%
Outros ativos não circulantes	191	0,0%	45	0,0%	56	0,0%	146	324,7%	11	-19,8%
Investimentos	396	0,0%	464	0,0%	761	0,1%	-68	-14,6%	297	-39,1%
Imobilizado	371.930	27,4%	345.301	28,7%	398.914	41,1%	26.629	7,7%	-53.613	-13,4%
Intangível	64.927	4,8%	10.938	0,9%	14.026	1,4%	53.989	493,6%	3.088	-22,0%
Total do ativo não circulante	491.684	36,2%	405.945	33,8%	458.447	47,2%	85.739	21,1%	-52.502	-11,5%
Total do ativo	1.356.465	100,0%	1.202.304	100,0%	970.959	100,0%	154.161	12,8%	231.345	23,8%

¹ Em relação ao total do ativo.AtivoAtivo circulanteCaixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentaram aumento de R\$94,3 milhões, ou 58,3%, correspondendo a R\$256,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$161,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, com origem no aumento de capital realizado em abril de 2016 detalhado no item b – Estrutura de Capital.

O caixa e equivalentes de caixa apresentaram redução de R\$18,5 milhões, ou 7,2%, correspondendo a R\$237,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$256,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido a um maior volume de liquidação de empréstimos e financiamentos vencidos no período.

Aplicações financeiras de liquidez não imediata

A rubrica aplicações financeiras de liquidez não imediata apresentou aumento de R\$219,2 milhões, ou 398,4%, correspondendo a R\$274,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, também originado com o aumento de capital realizado em abril de 2016 detalhado no item b – Estrutura de Capital.

A rubrica aplicações financeiras de liquidez não imediata apresentou redução de R\$32,7 milhões, ou 11,9%, correspondendo a R\$241,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$274,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido ao maior nível de recursos necessários para suprir as demandas para capital de giro.

Clientes

A rubrica clientes apresentou redução, correspondendo a R\$61,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$75,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, referente, em parte pela redução da receita líquida de 2016 em relação a 2015, e também, efeitos do câmbio sobre recebíveis do exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A rubrica clientes apresentou aumento de R\$ 16,3 milhões ou 26,6%, correspondendo a R\$77,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$61,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função de incremento de saldos na consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai, além de um maior nível de compras de matéria-prima.

Estoque

A rubrica estoques apresentou redução de R\$15,1 milhões, ou 8,1%, correspondendo a R\$172,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$187,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função, essa redução foi conquistada pela adoção de uma política de capital de giro ajustada às demandas.

A rubrica estoques apresentou aumento de R\$84,0 milhões, ou 48,8%, correspondendo a R\$256,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$172,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função de incremento de saldos na consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai, além de um maior nível de compras de matéria-prima, considerando inclusive a antecipação de compra de aço para mitigar impactos de aumento previsto no seu preço.

Impostos e contribuições a recuperar

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$1,9 milhão, ou 11,4%, correspondendo a R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$16,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função principalmente de compensação de saldo positivo de impostos.

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$19,9 milhões, ou 106,8%, correspondendo a R\$38,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função, principalmente, de impostos a recuperar de controladas no exterior registrados no final do exercício, com comprovações concluídas, porém, sem tempo hábil para liberação antes do encerramento do exercício.

Ativo não circulante

Impostos e contribuições a recuperar

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$2,1 milhões, ou 29,3%, correspondendo a R\$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$7,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função de impostos a recuperar por controladas no exterior, principalmente na América do Sul, referente a antecipações aduaneiras.

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$7,5 milhões, ou 80,2%, correspondendo a R\$16,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função de incremento de provisões de INSS, FGTS e férias na consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai, e da nova operação comercial na Colômbia.

Imobilizado

A rubrica de imobilizado apresentou redução de R\$53,6 milhões, ou 13,4%, correspondendo a R\$345,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$398,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, tendo origem na instabilidade econômica, que refletiu em uma necessidade de realizar investimentos estritamente necessários à manutenção da operação, e em menor nível que a depreciação. Além disso, outro fator que contribuiu para a redução foi o reconhecimento do *impairment* com origem na planta Fras-le North America – operação detalhada no item Receitas (despesas) operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O imobilizado apresentou aumento de R\$26,6 milhões, ou 7,7%, correspondendo a R\$371,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$345,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Embora o maior volume deste aumento represente o incremento de imobilizado na consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai, ocorreu um reconhecimento de *impairment* com origem na planta Fras-le North America – operação detalhada no item Receitas (despesas) operacionais.

Intangível

A rubrica intangível apresentou redução de R\$3,1 milhões, ou 22,1%, correspondendo a R\$10,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$14,0 milhões de 31 de dezembro de 2015, devido a amortização de softwares.

A rubrica intangível apresentou aumento de R\$54,0 milhões, ou 493,6%, correspondendo a R\$64,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$10,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. Neste caso mais especificamente estamos falando da mais valia de clientes e marcas. Este aumento justifica-se pelo valor de mais valia, registrado sobre bens decorrentes das aquisições na Argentina e Uruguai.

Passivo	Em 31 de dezembro de									
	2017		2016		2015		Δ 2017 x 2016		Δ 2016 x 2015	
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	135.038	10,0%	117.307	9,8%	150.882	15,5%	17.731	15,1%	33.575	-22,3%
Fornecedores	78.378	5,8%	56.420	4,7%	42.960	4,4%	21.958	38,9%	13.460	31,3%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,0%	0	0,0%	429	0,0%	-	0,0%	429	-100,0%
Impostos e contribuições	32.990	2,4%	20.583	1,7%	21.599	2,2%	12.407	60,3%	1.016	-4,7%
Salários e encargos	21.722	1,6%	17.612	1,5%	14.595	1,5%	4.110	23,3%	3.017	20,7%
Adiantamentos de clientes	1.659	0,1%	1.723	0,1%	3.658	0,4%	64	-3,7%	1.935	-52,9%
Dividendos a pagar	3	0,0%	816	0,1%	1434	0,1%	813	-99,7%	618	-43,1%
Juros sobre capital próprio	23.740	1,8%	6.175	0,5%	5.339	0,5%	17.564	284,4%	836	15,7%
Participações dos empregados e administradores	7.822	0,6%	6.501	0,5%	6.042	0,6%	1.321	20,3%	459	7,6%
Comissões	1.098	0,1%	1.403	0,1%	1331	0,1%	305	-21,7%	72	5,4%
Outros passivos circulantes	115.871	8,5%	12.241	1,0%	18.531	1,9%	103.630	846,6%	6.290	-33,9%
Total do passivo circulante	418.321	30,8%	240.781	20,0%	266.800	27,5%	177.540	73,7%	26.019	-9,8%
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	85.218	6,3%	138.861	11,5%	231.276	23,8%	- 53.643	-38,6%	92.415	-40,0%
Impostos sobre o lucro diferidos	49.337	3,6%	28.851	2,4%	23.949	2,5%	20.486	71,0%	4.902	20,5%
Provisão para litígios	8.044	0,6%	7.369	0,6%	6.401	0,7%	675	9,2%	968	15,1%
Outros passivos não circulantes	12.524	0,9%	13.400	1,1%	9.280	1,0%	876	-6,5%	4.120	44,4%
Total do passivo não circulante	155.123	11,4%	188.481	15,7%	270.906	27,9%	- 33.358	-17,7%	82.425	-30,4%
Patrimônio líquido										
Capital social	600.000	44,2%	600.000	49,9%	300.000	30,9%	-	0,0%	300.000	100,0%
Reserva de lucros	150.182	11,1%	146.797	12,2%	104.105	10,7%	3.385	2,3%	42.692	41,0%
Outros resultados abrangentes	30.713	2,3%	25.339	2,1%	28.037	2,9%	5.374	21,2%	2.698	-9,6%
Total da participação dos controladores	780.895	57,6%	772.136	64,2%	432.142	44,5%	8.759	1,1%	339.994	78,7%
Participação dos acionistas não controladores	2126	0,2%	906	0,1%	1111	0,1%	1.220	134,7%	205	-18,5%
Total do patrimônio líquido	783.021	57,7%	773.042	64,3%	433.253	44,6%	9.979	1,3%	339.789	78,4%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.356.465	100,0%	1.202.304	100,0%	970.959	100,0%	154.161	12,8%	231.345	23,8%

¹ Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram uma redução de R\$33,6 milhões, ou 22,3%, correspondendo a R\$117,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$150,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo que essa variação reflete uma melhora em geral do capital de giro, e também, pelo efeito da variação cambial.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram um aumento de R\$17,7 milhões, ou 15,1%, correspondendo a R\$135,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$117,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente em função da alteração no perfil da dívida de longo prazo para curto prazo.

Fornecedores

Os passivos relativos a fornecedores apresentaram aumento de R\$13,5 milhões, ou 31,3%, correspondendo a R\$ 56,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função de trabalhos realizados para alongamento de prazos de pagamentos, influenciando positivamente na manutenção do capital de giro.

Os passivos relativos a fornecedores apresentaram aumento de R\$22,0 milhões, ou 38,9%, correspondendo a R\$ 78,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$ 56,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função do aumento das vendas, que geraram um maior volume de compras de matéria-prima e saldos de fornecedores agregado em função da consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai.

Salários e encargos

A conta de salários e encargos apresentou aumento de R\$3,0 milhões, ou 20,7%, correspondendo a R\$17,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$14,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função, principalmente, de reajustes salariais, dissídio coletivo e questões tributárias.

A conta de salários e encargos apresentou aumento de R\$4,1 milhões, ou 23,3%, correspondendo a R\$21,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$17,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função, principalmente, de reajustes salariais por dissídio coletivo, e também, pela evolução no número de funcionários pelos seguintes fatores: i) Aumento da atividade econômica e da demanda por materiais de fricção, ii) Valores agregados em função da consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai, iii) Aumento funcionários em operações controladas.

Juros sobre capital próprio

A conta de juros sobre capital próprio apresentou aumento de R\$17,6 milhões, correspondendo a R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$6,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função de uma remuneração maior aos acionistas, até o limite previsto pela legislação.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não ocorreram variações significativas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros passivos circulantes

A conta de outros passivos circulantes apresentou aumento de R\$103,6 milhões, correspondendo a R\$115,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação aos R\$ 12,2 milhões de 31 de dezembro de 2016, em função, principalmente, da consolidação das empresas adquiridas na Argentina e no Uruguai.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não ocorreram variações significativas.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentaram redução de R\$92,4 milhões, ou 40,0%, correspondendo a R\$138,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$231,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo que essa variação reflete uma melhora em geral do capital de giro, e também, pelo efeito da variação cambial.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentaram redução de R\$53,6 milhões, ou 38,6%, correspondendo a R\$85,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$138,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente em função da alteração no perfil da dívida de longo prazo para curto prazo e maior volume de amortização de empréstimos e financiamentos.

Impostos sobre o lucro diferidos

O saldo de impostos sobre o lucro diferidos apresentou aumento de R\$4,9 milhões, ou 20,5%, correspondendo a R\$28,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$23,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo que as principais variações estão na redução do saldo de lucro não realizado nos estoques das controladas e no aumento do saldo das diferenças de depreciação normal X vida útil.

O saldo de imposto sobre o lucro diferidos apresentou aumento de R\$20,5 milhões, ou 71,0%, correspondendo a R\$49,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$28,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função do valor de mais valia, calculado sobre os ativos das unidades adquiridas na Argentina e no Uruguai. Neste caso mais especificamente de clientes e marcas. Esse cálculo gerou um imposto diferido.

Provisão para litígios

As provisões para litígios apresentaram aumento de R\$1,0 milhão, ou 15,1%, correspondendo a R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$6,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente em função da reavaliação das perdas estimadas provisionadas no passivo não circulante referente a processos que envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para os casos em que a perda é considerada provável.

As provisões para litígios apresentaram aumento de R\$675 mil, ou 9,2%, correspondendo a R\$8,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente em função da reavaliação das perdas estimadas provisionadas no passivo não circulante referente a processos tributários, trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

Capital social e Reserva de lucros

O capital social apresentou aumento de R\$300,0 milhões, ou 100,0%, totalizando R\$600,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$300,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, devido ao aumento de capital realizado já detalhado no item b – Estrutura de Capital. As reservas de lucros apresentaram evolução de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$45,0 milhões, ou 43,2% correspondendo a R\$149,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a R\$104,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, o qual se justifica pelo saldo remanescente após a destinação de lucros.

O capital social não apresentou alteração, correspondendo a R\$600,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, e em 31 de dezembro de 2016 e a reservas de lucros apresentaram evolução de R\$3,1 milhões, ou 2,1% correspondendo a R\$152,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a R\$149,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, o qual se justifica pelo saldo remanescente após a destinação de lucros.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido apresentou aumento de R\$339,8 milhões, ou 78,4%, correspondendo a R\$773,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a R\$433,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo esta variação decorrente principalmente do aumento de capital e dos resultados auferidos no período.

O patrimônio líquido apresentou aumento de R\$10,0 milhões, ou 1,3%, correspondendo a R\$783,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a R\$773,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, sendo esta variação decorrente principalmente dos resultados auferidos no período.

Demais contas patrimoniais

As demais contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação de seus saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A Companhia apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre seu fluxo de caixa, com base nas suas demonstrações financeiras

O fluxo de caixa da Companhia divide-se entre as atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos.

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2017	2016	2015	Δ 2017 x 2016	Δ 2016 x 2015
	(em R\$ mil)				
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	128.706	-73.356	194.571	202.062	-267.927
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-47.504	-10.421	-62.887	-37.083	52.466
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades de financiamentos	-99.673	178.126	-146.026	-277.799	324.152
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período/exercício	18.471	94.349	-14.342	-75.878	108.691

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia foi de R\$-73,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a um fluxo de caixa líquido de R\$194,6 milhões proveniente das atividades operacionais do mesmo período em 2015. Essa variação negativa de R\$267,9 milhões teve origem principalmente nas seguintes contas: (i) Provisão para devedores duvidosos; (ii) Variação cambial e juros sobre empréstimos; (iii) Aplicações financeiras de liquidez não imediata.

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia foi de R\$128,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a um fluxo de caixa líquido de R\$-73,4 milhões proveniente das atividades operacionais do mesmo período em 2016. Essa variação ocorreu principalmente em função do aumento nas seguintes contas: clientes, estoques, fornecedores, conforme detalhado em rubricas específicas, além da liquidação de financiamentos, aumento de impostos e taxas e encargos sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$10,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, se comparado a R\$62,9 milhões no mesmo período de 2015. Essa redução de R\$52,5 milhões teve como origem as crises econômicas e política em que o país se encontra, o que resulta em uma certa estabilização na demanda por produtos produzidos pela Companhia, e dessa forma restringindo em 2016 os investimentos, de forma geral, apenas para manutenção de suas operações.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$47,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, se comparado a R\$10,4 milhões no mesmo período de 2016. Esse aumento de R\$24,4 milhões foi resultado, principalmente, da variação cambial sobre o saldo dos investimentos em imobilizado e intangível efetuados pelas controladas do exterior.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$178,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$-146,0 milhões no mesmo período de 2015. Essa variação de R\$324,2 milhões foi resultado, principalmente por dois fatores: (i) menor volume de empréstimos tomados, de R\$153,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$216,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e; (ii) integralização de capital no valor de R\$300,0 milhões.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$99,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$178,1 milhões no mesmo período de 2016. Essa variação é decorrente de um maior volume de liquidação de empréstimos e financiamentos, de aumento nos volumes de compras de matéria-prima, e ainda, um maior nível de impostos, taxas e encargos sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelos pagamentos que são recebidos dos seus clientes decorrentes das vendas de materiais de fricção e outros materiais relacionados ao sistema de freio, os quais são desenvolvidos e fabricados pela Companhia e tem como principais componentes as seguintes matérias-primas: resinas, aço, borrachas, fibras, abrasivos e lubrificantes.

	Exercícios sociais encerrados em		
	31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(em R\$ mil, exceto se de outra forma indicado)		
Receita operacional líquida	832.831	812.666	875.026
<i>Mercado doméstico</i>	414.703	369.655	428.885
<i>Mercado externo</i>	418.128	443.011	446.141

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a receita líquida proveniente do mercado doméstico, no montante de R\$414,7 milhões representou 49,8% do total das receitas operacionais líquidas da Companhia, enquanto em 2016 e 2015, respectivamente, este percentual foi de 45,5% e 49,0%. A receita líquida proveniente do mercado externo correspondeu ao montante de R\$ 418,1 milhões, representando 50,2% do total de receita operacional líquida, sendo que no exercício de 2016 e 2015, respectivamente, representou 54,5% e 51,0% sobre o total de receitas operacionais líquidas.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Companhia é afetado, principalmente, pela demanda por materiais de fricção que, por sua vez, é impactada pela situação econômica nacional e global, e pelas taxas de câmbio.

Demanda e situação econômica nacional e global

A Companhia está inserida em um mercado competitivo e seu faturamento bruto é diversificado entre os segmentos de mercado de reposição e montadoras tanto no ambiente doméstico quanto no externo. Sempre que houver mudanças no cenário econômico ou nas tendências da indústria de autopeças que impacte adversa e diretamente a demanda pelos produtos produzidos pela Companhia, deverão ser tomadas medidas com o fim de mitigar o resultado negativo dessas oscilações. Por outro lado, tendemos a nos beneficiar de condições econômicas favoráveis no Brasil e no mundo, principalmente pela expansão da frota circulante, pelo aumento na demanda por veículos novos, bem como, pelo aumento nos volumes de cargas de cargas e transportes em geral.

Taxas de câmbio

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pela volatilidade do câmbio tanto positiva quanto negativamente. A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposição de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. A desvalorização do Real frente a moedas como o Dólar norte americano e o Euro, costuma resultar em um aumento das margens nas vendas para o exterior, enquanto a valorização possui o efeito reverso. Neste sentido, as receitas oriundas das exportações,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

totalizou R\$236,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, este valor correspondeu a R\$277,8 milhões e R\$ 241,5 milhões, respectivamente. A queda apresentada no exercício de 2017 refere-se, além da redução nas taxas do dólar, menores volumes de vendas em algumas regiões onde a Companhia atua devido a fatores sazonais.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Variações nas taxas de câmbio e derivativos

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 38 R1 /IAS 39) - Instrumento financeiro: Reconhecimento e Mensuração; e regulamento próprio, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designa formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de hedge consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao budget de venda de produtos fabricados.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a receita líquida proveniente do mercado doméstico representou 49,8% do total das receitas operacionais líquidas da Companhia, enquanto em 2016 e 2015, respectivamente, este percentual foi de 45,5% e 49,0%. A receita líquida proveniente do mercado externo correspondeu a 50,2% do total de receita operacional líquida, sendo que no exercício de 2016 e 2015, respectivamente, representou 54,5% e 51,0% sobre o total de receitas operacionais líquidas. O impacto do *hedge accounting* no exercício de 2017 foi de R\$ 9,1 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, 45,5% da receita operacional líquida da Companhia foi proveniente do mercado doméstico (49,0% em 2015) e 54,5% do mercado externo (51,0% em 2015). Dessa forma, variações nas taxas de câmbio influenciam nas margens da Companhia, na medida em que o Real se flutua frente a outras moedas.

Desde janeiro de 2014, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* como os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

Em relação à dívida bruta (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante), em 31 de dezembro de 2017 a Companhia amortizou R\$ 138,0 milhões da dívida financeira bruta, enquanto em relação a novos empréstimos ocorreu a liberação de R\$ 87,2 milhões. A dívida bruta encerrou o período em R\$220,3 milhões,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

dos quais R\$135,0 milhões ou 61,3% são de curto prazo e R\$85,2 milhões ou 38,7% são de longo prazo, sendo que R\$ 170,2 milhões ou 77,3% estão atrelados ao dólar.

Em relação à dívida bruta (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante), em 31 de dezembro de 2016 a Companhia amortizou R\$ 167,7 milhões da dívida financeira bruta, enquanto em relação a novos empréstimos ocorreu a liberação de R\$ 68,1 milhões. A dívida bruta encerrou o período em R\$256,2 milhões, dos quais R\$117,3 milhões ou 46% são de curto prazo e R\$138,9 milhões ou 54% são de longo prazo, sendo que R\$ 191,8 milhões ou 75% estão atrelados ao dólar.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos para converter seu endividamento em Reais para Dólares. Como consequência da valorização do Real no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, o resultado líquido desses instrumentos derivativos, estruturados principalmente para converter a dívida em Reais para Dólares para proteção do fluxo de caixa contra a volatilidade cambial, não produziu resultados líquidos em 31 de dezembro de 2017, produzindo resultados R\$ 0,4 milhões negativos em 2016 e R\$ 0,3 milhão positivo em 2015.

Inflação

A Companhia é afetada pela inflação no que tange seus custos e despesas operacionais, sendo que os principais índices aplicados são INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado). Baseado em fontes externas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o INPC correspondia a 2,07%, (6,6% em 2016) e o IGP-M -1,91%, (7,17% em 2016). A variação nos índices mencionados acima pode impactar nos custos com matéria prima, mão de obra e energia elétrica.

A Companhia é afetada pela inflação no que tange seus custos e despesas operacionais, sendo que os principais índices aplicados são INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado). Baseado em fontes externas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o INPC correspondia a 6,6%, (11,3% em 2015) e o IGP-M 7,17%, (10,5% em 2015). A variação nos índices mencionados acima pode impactar nos custos com matéria prima, mão de obra e energia elétrica.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os impactos da inflação na receita líquida foram baixos, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 o impacto da inflação na receita líquida foi moderado.

Variações nos volumes de vendas

Em relação aos volumes de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 em peças (materiais de fricção) foram vendidas 86,9 milhões de unidades, 79,4 milhões e 82,8 milhões, respectivamente. Em relação aos volumes de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 em peças (Cilindros e outros produtos para o freio e polímeros) foram vendidas 21,4 milhões de unidades, 18,6 milhões e 28,3 milhões, respectivamente. O detalhamento estes volumes estão relacionados no quadro a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Linhas de Produtos	Vendas por Linha de Produtos - Consolidado			
	2017	2016	Δ %	2015
Lonas de Freio p/ Veíc. Pesados (Blocos)	50,4	45,0	11,9%	48,8
Pastilhas de Freio	24,1	21,9	10,1%	21,2
Outros Produtos	12,4	12,5	-0,3%	12,8
Total Materiais de Fricção (Fras-le)	86,9	79,4	9,4%	82,8
Cilindros e Outros Produtos para Freios	5,1	3,6	41,5%	3,1
Produtos em Polímeros	16,3	15,0	8,7%	25,2
Total Freios e Polímeros (Controil)	21,4	18,6	15,1%	28,3

Em Milhões de Peças

O aumento dos volumes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 decorre, de campanhas de vendas realizadas junto às redes de distribuidores no Brasil, que refletiram inclusive em ganhos de market share, e também, o momento de retomada dos negócios observados nas indústrias de autopeças e automobilística nacionais.

A redução dos volumes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 decorre, do quadro recessivo em que a economia brasileira se encontrava, que refletiu em uma redução nas vendas para o mercado interno de forma geral, principalmente para o segmento de montadoras.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Impactos da inflação

A Companhia adquire insumos e produtos do mercado interno e externo, para manter sua operação principal de fabricação e venda de produtos manufaturados.

A inflação impacta no desempenho da Companhia na medida em que suas despesas que não são atreladas ao Dólar, sofrem aumentos como por exemplo: salários e materiais de uso e consumo estão indexados aos principais índices de inflação. Por conseguinte, as matérias-primas bem como outros materiais necessários na fabricação incorrem igualmente em aumentos. O processo inflacionário tem impacto negativo principalmente nas margens de contribuição e no resultado líquido da Companhia.

A variação cambial impacta tanto na receita da Companhia que possui parte de seu faturamento em dólares oriundo das exportações quanto nos custos dos produtos vendidos em que parte desses custos são atrelados ao Dólar. No que tange os financiamentos a Companhia tem parte expressa em reais e dólar. Contudo, a Companhia utiliza instrumentos financeiros a fim de manter o equilíbrio.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição do Grupo ARMETAL AUTOPARTES S.A.

Conforme fato relevante divulgado em 13 de novembro de 2017, a Companhia celebrou contratos de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças ("Contratos"), com o objetivo de adquirir as seguintes participações societárias: (i) ações representativas de 100% do capital social da PALR S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que por sua vez é controladora da ARMETAL AUTOPARTES S.A.; (ii) ações representativas de 99,99% do capital social da ARMETAL AUTOPARTES S.A., que, por sua vez detém 76,09% das ações representativas do capital social da FARLOC ARGENTINA S.A.C. y F., ambas sociedades anônimas constituídas de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires; e, (iii) ações representativas de 100% do capital social da FANACIF S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis do Uruguai, com sede em Montevideu.

O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação global, aumentar o portfólio de produtos, expandir sua participação no mercado de distribuição de autopeças e ampliar sua capacidade produtiva.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu a Fras-le Pan-americana, que consiste em um escritório comercial na cidade de Bogotá, e um warehouse na cidade de Cartagena, situado em uma zona franca.

O principal objetivo com esta operação é melhorar na competitividade local, principalmente em materiais de fricção para a linha leve, e com isso aumentar as vendas na Colômbia, Peru, Equador, América Central e no Caribe, e uma das estratégias será ter os produtos disponíveis, através do novo Centro de distribuição.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão, conforme detalhamento realizado no item b – Estrutura de Capital.

c) Eventos ou operações não usuais

Eventos Subsequentes

Aquisição Federal Mogul

Em 08 de janeiro de 2018, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a Federal Mogul VCS Holding BV ("VCS") foram

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

atendidas, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") a que a operação estava subordinada. Em decorrência, nesta data, foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,10% das quotas representativas do capital social da Federal-Mogul Friction Products Sorocaba Sistemas Automotivos Ltda. ("Empresa"), com o que a Companhia assume efetivamente o controle da gestão da Empresa, que passa a denominar-se Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.

ASK Fras-le Friction Private Limited

Em 25 de janeiro de 2018, dando sequência às informações divulgadas no Comunicado ao Mercado, datado de 5 de dezembro de 2017, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a ASK Automotive Private Limited ("ASK") estão atendidas e que, nesta data, foram firmados todos os documentos de Fechamento, inclusive aqueles necessários ao aporte dos recursos pelas sócias para a ASK Fras-le Friction Private Limited ("ASK Fras-le"), permitindo dar início às atividades produtivas e operacionais daquela unidade. Em 09 de fevereiro de 2018, foram subscritas 32.385.000 ações em nome da Fras-le S.A., representando 51% do capital social da ASK Fras-le. Nesta data a Fras-le passou a ter o controle da operação.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Para o exercício de 2017 e 2016 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas e já divulgadas ao mercado pela Companhia.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia não teve mudanças significativas de práticas contábeis no ano de 2017.

c) Ressalvas e ênfase presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais políticas contábeis consideradas críticas pela Companhia e que possam resultar em ajuste relevante em seu resultado, e que envolvem risco significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir:

Impostos

A interpretação de regulamentos tributários é complexa, e existem incertezas quanto ao valor e a época de resultados tributáveis futuros. Ajustes na receita e despesa de impostos registrados podem ser necessários caso ocorram mudanças nas premissas adotadas pela Companhia no futuro. São provisionadas, com base em estimativas confiáveis, possíveis consequências de eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor das provisões é baseado em diversos fatores como experiência de fiscalizações anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários por parte da Companhia e pela autoridade fiscal responsável.

O imposto diferido ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável e que haja a disponibilidade de lucro tributável que permita a utilização destes prejuízos.

Para efetuar o lançamento do imposto diferido ativo é requerido o julgamento significativo da Administração, baseado no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal.

Benefícios de aposentadoria

Os planos de pensão são atualizados utilizando métodos de avaliação atuarial, que é feita baseada em premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Os aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e pensão baseiam-se nas taxas de inflação futuras esperadas para o país e a taxa de mortalidade é baseada nas tábuas de mortalidade disponíveis no país. Mudanças nessas premissas afetam significativamente este benefício.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através do mercado de ativos. Quando isto não ocorre, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Para esses métodos, são observados os dados praticados no mercado, e quando isto não é possível, um determinado nível de julgamento é adotado para determinar

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

o valor justo. Este julgamento é feito considerando risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade e mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia provisiona os riscos de perdas em causas tributárias, cíveis e trabalhistas avaliando a probabilidade de perda com base em evidências disponíveis, legislação, a hierarquia das leis, as jurisprudências, e também se utiliza da avaliação e opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas considerando as alterações nos prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas tendo em conta novos assuntos e decisões de tribunais.

Impairment de ativos não financeiros

Anualmente a Companhia efetua teste de recuperação de seus ativos ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: o seu valor justo menos custos estimados de venda e seu valor em uso. Sendo o valor em uso o valor calculado através dos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) gerados pelo uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil.

Quando for identificado pela Companhia que o valor residual de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, a Companhia constitui uma provisão para impairment, a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos em andamento e previstos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos previstos

O principal investimento da Companhia nos últimos três exercícios sociais foi em máquinas e equipamentos utilizados em suas unidades fabris, tanto para fins de manutenção, quanto para fins de crescimento orgânico.

A tabela abaixo demonstra os investimentos da Companhia em ativo imobilizado e intangível nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente:

	Terrenos e prédios	Máquinas, equip. e moldes	Móveis e Utensílios	Equip. de computação	Veículos	Imob. em andamento	Adiantamento a fornec.	Software, licenças e outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2015	149.113	564.803	11.646	9.623	1.869	25.360	287	34.239	796.940
Aquisições	553	17.788	90	474	344	17.797	1.778	715	39.539
Baixas	0	-4.544	-23	-358	-263	-763	0	-41	-5.992
Transferências	910	12.491	137	50	0	-13.730	0	142	0
Variação cambial	3.002	27.944	277	461	54	124	0	454	32.316
Saldo 31 dezembro 2015	153.578	618.482	12.127	10.250	2.004	28.788	2.065	35.509	862.803
Aquisições	0	3.332	38	137	70	6.574	-2.062	270	8.359
Baixas	0	-10.290	-11	-70	-97	-260	0	-2	-10.730
Transferências	779	18.758	34	80	0	-17.608	0	19	2.062
Variação cambial	-1.972	-17.066	-242	-329	-116	-1.655	0	-306	-21.686
Saldo 31 dezembro 2016	152.385	613.216	11.946	10.068	1.861	15.839	3	35.490	840.808
Aquisições	81	5.720	474	612	-	34.546	1.235	2.302	44.970
Novos negócios e mais valia	21.547	16.074	292	638	867	743	13	55.223	95.397
Baixas	-79	-20.333	-467	-221	-559	-913	-	-3.002	-25.574
Transferências	8.258	9.161	77	30	3	-17.722	-	193	0
Variação cambial	182	2.432	2	47	-41	122	-	96	2.840
Saldo 31 dezembro 2017	182.374	626.270	12.324	11.174	2.131	32.615	1.251	90.302	958.441

Em relação às aquisições do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Capex no montante de R\$ 45,0 milhões teve um aumento de R\$ 34,9 milhões comparando ao ano de 2016. Essa evolução é motivada pelos seguintes fatores:

Do total de R\$ 45,0 milhões de investimentos de 2017, R\$ 15,8 milhões correspondem à Fras-le controladora, e referem-se a máquinas, equipamentos e ferramental, além de adequações de máquinas à norma de segurança NR 12. Também fazem parte destes investimentos valores destinados à nova fábrica da China, equivalente a R\$ 10,9 milhões, e para a controlada Freios Controil, no montante de R\$ 7,9 milhões, os quais destinam-se principalmente para aumento de capacidade produtiva. Neste montante de investimentos de 2017 também está incluído o valor de R\$ 9,8 milhões, correspondente à aquisição dos prédios e terreno da fábrica do Alabama, nos Estados Unidos, que pertence à subsidiária Fras-le North América, sendo que com essa ação a referida controlada não terá mais despesas com aluguel, fato que permitirá em um curto espaço de tempo recuperar o investimento realizado neste momento.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia pretende utilizar como fontes de financiamento dos investimentos sua própria geração de caixa operacional, bem como empréstimos usualmente captados pela Companhia no curso normal de seus negócios, em especial, empréstimos com recursos do BNDES e financiamentos à exportação.

iii. Desinvestimentos em andamento e previstos

Até a data deste Formulário de Referência, não havia nenhum desinvestimento previsto ou em andamento.

b. Aquisição já divulgada de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia concluiu as seguintes aquisições e associações:

No mês de dezembro de 2017 a Companhia adquiriu as seguintes empresas: (a) 100,0% do capital social da Armetal Autopartes, que por sua vez detém o controle da Farloc Argentina, com participação de 76,09% do capital social, todas sediadas em Buenos Aires; e, (b) 100,0% do capital social da FANACIF S.A., com sede em Montevideu. As três empresas atuam no segmento de reposição de peças para veículos leves e pesados, sendo que a ARMETAL é um dos maiores distribuidores de autopeças na Argentina. Com as aquisições foi agregado um portfólio complementar, que abrange, componentes para os sistemas de freio e suspensão, motor, líquidos envasados, além de outros produtos diversos para veículos automotores.

No final de 2017 a Companhia celebrou acordo de associação com a ASK Automotive Private Limited ("ASK"), para a composição de sociedade em comum, localizada na cidade de Manesar, Estado de Haryana, na Índia, com denominação de ASK Fras-le Friction Private Limited ("ASK Fras-le"), com objetivo de produzir lonas e pastilhas de freio. A nova empresa entrou em operação no início de 2018, quando a Fras-le assumiu efetivamente o controle do negócio, com participação societária correspondente a 51,0% do capital social.

Em 08 de janeiro de 2018, dando sequência as informações divulgadas no Fato Relevante de 10 de dezembro de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação ("Joint Venture") com a Federal Mogul VCS Holding BV ("VCS") foram atendidas, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") a que a operação estava subordinada. Em decorrência, nesta data, foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,10% das quotas

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

representativas do capital social da Federal-Mogul Friction Products Sorocaba Sistemas Automotivos Ltda. (“Empresa”), com o que a Companhia assume efetivamente o controle da gestão da Empresa, que passa a denominar-se Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.

c. Novos produtos e serviços

Com as novas aquisições e associações relacionadas no item 10.8.b a Companhia ampliou o seu portfólio de produtos produzidos e comercializados, com referências similares às já existentes, principalmente em materiais de fricção.

Paralelamente também ocorreu o incremento de outros produtos, tais como: Componentes para o sistema de freio; componentes para suspensão; componentes para o motor; líquidos envasados; além de outros produtos diversos.

Na tabela seguinte estão detalhados os componentes por linha de produtos, com uma descrição detalhada dos produtos comercializados pela Companhia e suas subsidiárias.

Descrição detalhada dos produtos vendidos	
	Produto
Materiais de Fricção	
Lonas de Freio para Veículos Pesados (Blocos)	Lonas de freio para veículos comerciais.
Pastilhas de Freio	Pastilhas de freio para veículos comerciais, automóveis, motocicletas e aeronaves de pequeno porte.
Outros Materiais de Fricção	Lonas de freio para automóveis, Sapatas ferroviárias, Sapatas de freio para veículos comerciais e automóveis, revestimentos de embreagem, lonas moldadas, placas universais e produtos industriais.
Produtos diversos	
Componentes p/ Sistema de Freio	Discos, Tambores, Cubos de Rodas, Cilindros Hidráulicos, Servo freio, Reparos, Atuadores, Válvulas de Retenção.
Componentes p/ Sistema de Suspensão	Amortecedores, Kit amortecedores, Bucha Suspensão, Pivo, Bandejas, Rótulas.
Componentes p/ Motor	Pistões, Válvulas, Bombas d'água, Bombas d'óleo, Bombas de combustível, Mangueiras, Filtro de Ar, Juntas.
Líquidos Envasados	Fluídos de freio, Líquidos de arrefecimento, Anticorrosivos, Anticongelantes, Aditivos Concentrados, Lubrificantes.
Outros Produtos Diversos	Materiais em polímeros que não se enquadram nas categorias anteriores, Cardan e acessórios, Mancais, Cruzetas, Eixos, Kit reparos, Coroa, Pinhão, Juntas homocinéticas, Flange, Barras de terminal, de ligação, de reação e lateral da Direção, Extremos, Articulações, Plaquetas, Rebitadeiras, Rebites, Matrizes e Sucata de ferro e aço.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.